

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

ROSANA TORRINHA SILVA DE FARIAS

**MODO DE VIDA RIBEIRINHO E A TERRITORIALIDADE EM
TRANSFORMAÇÕES NA COMUNIDADE DO LONTRA DA
PEDREIRA MACAPÁ-AP (1940 a 2012).**

**Macapá/AP
2014**

ROSANA TORRINHA SILVA DE FARIAS

**MODO DE VIDA RIBEIRINHO E A TERRITORIALIDADE EM
TRANSFORMAÇÕES NA COMUNIDADE DO LONTRA DA
PEDREIRA MACAPÁ-AP (1940 a 2012).**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal do Amapá para
obtenção do título de Mestre em
Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Roni Mayer
Lomba.

Macapá/AP
2014

ROSANA TORRINHA SILVA DE FARIAS

**MODO DE VIDA RIBEIRINHO E A TERRITORIALIDADE EM
TRANSFORMAÇÕES NA COMUNIDADE DO LONTRA DA
PEDREIRA MACAPÁ-AP (1940 a 2012).**

Dissertação aprovada em ____/____/____

Banca Examinadora

**Orientador: Prof. Dr. Roni Mayer Lomba
UNIFAP**

**Prof. Dr. Julio César Suzuki
FFLCH/USP**

**Prof. Dr. Emmanuel Raimundo
UNIFAP**

Macapá, _____ de _____ de _____

AGRADECIMENTOS

È impossível não agradecer aquele que está sempre ao meu lado em todos os dias de minha vida . Deus, a este ser superior devo tudo que sou e conquisto.

Ao meu avô Manoel Torrinha (*in memoriam*), por ter sido um dos agentes motivadores deste trabalho.

Aos meus queridos e amados pais, Antonio Ferreira da Silva e Risolete Torrinha da Silva (*in memoriam*), pelo esforço dedicado a minha formação pessoal e profissional . saudades eternas.

Ao meu esposo Giovanni Farias e filhas Raíssa, Rosilan e Ranna, pela compreensão, apoio, amor e carinho nos momentos de angústias e inseguranças.

Aos meus irmãos Alex, Rozângela e Nico, exímios torcedores pelas minhas vitórias.

A minha querida sobrinha Rita, por estar sempre ao meu lado nos momentos cruciais.

Meus eternos agradecimentos as minhas fiéis parceiras as queridas tias Suely e Antônia por toda torcida e orações dedicadas. Não mediam esforços em me acompanhar nas idas e vindas à comunidade,

A minha prima Andréia, obrigada pelo apoio aos registros fotográficos e gravações.

Ao Dr. Jadson Porto, por colaborar com as primeiras ideias deste projeto.

Ao meu orientador Dr. Roni Mayer Lomba, minhas considerações por ter aceitado este desafio. Meus agradecimentos pela atenção, dedicação, e paciência.

Aos meus companheiros do Colegiado do Curso de Geografia da UNIFAP pelo incentivo e apoio, em especial, a professora Daguinete por me motivar e dar forças em fazer um novo mestrado.

A minha querida amiga Neura, pelo excelente trabalho técnico que executa na Pós-Graduação, possibilitando melhor andamento do Curso.

A comunidade do Lontra da Pedreira, pela receptividade, colaboração e carinho. Em especial, Dona Bertolina, Seu Santos e Moacir, grandiosos ribeirinhos, fontes necessárias e imprescindíveis na construção deste trabalho.

A todos que, direta ou indiretamente, acreditaram e contribuíram para a realização desse trabalho.

FARIAS, Rosana Torrinha de. Modo de vida ribeirinho e a territorialidade em transformações na comunidade do Lontra da Pedreira Macapá-ap (1940 a 2012). 2014.104 fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) . Universidade Federal do Amapá. 2014.

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre as transformações no modo de vida e na territorialidade da população tradicional ribeirinha do Lontra da Pedreira, no período de 1940 a 2012, localizada no Distrito da Pedreira, na zona rural do município de Macapá, capital do Estado do Amapá. Por meio desta pesquisa analisamos de que forma a apropriação socioespacial desta região influenciou nas transformações do modo de vida e na territorialidade da população local. Destacamos para esta análise quatro fatores primordiais nestas transformações: a intensa atividade dos regatões no período de 1970 a 1980; a instalação de indústrias de palmito e serrarias na área, no período de 1985 a 1995; a implantação de políticas públicas de infraestrutura e o Projeto Lontra pelo Governo do Estado do Amapá e o desenvolvimento da atividade turística. Realizamos o estudo aplicando o método de abordagem qualitativo. Desenvolvemos uma investigação bibliográfica acerca da literatura sobre a temática abordada e pesquisa de campo para coleta de informações, a qual foi desenvolvida por meio da aplicação de formulários semi-estruturados, história oral, observação sistemática da área e registros fotográficos. Esta investigação constatou a dificuldade da comunidade ribeirinha na manutenção de seu modo de vida e de sua territorialidade diante das diferentes formas de usos e ocupação do território. Este grupo social tenta adequar ao seu modo de vida os traços da modernidade. A territorialidade continua sendo o principal fator de desenvolvimento do seu modo de vida. O rio e a floresta ainda são suas referências socioeconômicas. O maior desafio desta comunidade é como viver na modernidade sem perder a sua identidade.

Palavras chave: Lontra da Pedreira, transformações no modo de vida e na territorialidade.

ABSTRACT

This work presents a study on the changes in lifestyle and territoriality of a traditional riverine population located in Lontra da Pedreira, in the District of Pedreira, a rural area of Macapá, capital of the State of Amapá, from 1940 to 2012. This survey aims at analyzing how the socio-spatial appropriation of that region influenced the transformation in the lifestyle and the territoriality of the local population. For this analysis, four primary reasons for those transformations are highlighted: the intense activity of Amazonian river traders during the 1970-1980 period; the installation of palm heart industries and sawmills in the area in the period of 1985-1995; the implementation of public policies on infrastructure and the Lontra Project, both conducted by the Government of Amapá; and the development of tourist activities. The study was made by means of a qualitative approach. A literature search on the topic addressed and a field research to collect information were also conducted. The latter was developed through the application of semi-structured forms, oral history, systematic observation and photographic records of the area. This investigation demonstrated the difficulty of the riverside community in maintaining its lifestyle and territoriality regarding the different ways of use and occupation of the territory. This social group tries to suit traces of modernity in its lifestyle. The territoriality remains a major factor in the development of its lifestyle. The river and the forest are still its socioeconomic references. The biggest challenge for this community is living the modernity without losing its identity.

Keywords: Lontra da Pedreira, transformations in lifestyle and territoriality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Localização geográfica do Lontra da Pedreira	09
Figura 2 Linha do Tempo	17
Figura 3 Abano	27
Figura 4 Alguidá e peneira	27
Figura 5 Pecônia	27
Figura 6 Matapi	28
Figura 7 Paneiro	28
Figura 8 Pote	28
Figura 9 Tipo de moradia do ribeirinho do Lontra da Pedreira.....	28
Figura 10 Organograma	29
Figura 11 Vila do Lontra	45
Figura 12 Centro comunitário	46
Figura 13 Centro de saúde	46
Figura 14 Estação de água	47
Figura 15 Escola Nazaré da Pedreira.	48
Figura 16 Barco escolar	49
Figura 17 Tipo de construção de casas dos ribeirinhos.....	53
Figura 18 Tanque de piscicultura	64
Figura 19 Balneário do Lontra em frente ao Rio Pedreira.....	66
Figura 20 Lixo depositado inadequadamente da Vila do Lontra	67
Figura 21 Rabeta . meio de transporte do ribeinho.....	71
Figura 22 Tipo de moradia do ribeirinho	72
Figura 23 Tipo de moradia do turista de segunda residência	72
Figura 24 Rio Pedreira margeado por florestas	74

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	UM OLHAR SOBRE O MODO DE VIDA E A TERRITORIALIDADE DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA.....	20
2.1	ORIGEM DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	24
3	APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO E OS IMPACTOS NO MODO DE VIDA E NA TERRITORIALIDADE DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	31
3.1	A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AMAPAENSE E OS REFLEXOS NAS TRANSFORMAÇÕES DO MODO DE VIDA E TERRITORIALIDADE DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS.....	35
3.2	POLÍTICAS PÚBLICAS X MODO DE VIDA E TERRITORIALIDADE DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS AMAPAENSES.....	39
4	MODO DE VIDA E TERRITORIALIDADE EM TRANSFORMAÇÕES NA COMUNIDADE DO LONTRA DA PEDREIRA.....	44
4.1	DISTRIBUIÇÃO SOCIOGEOGRÁFICA.....	44
4.2	ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	50
4.3	O PAPEL DOS REGATÕES NO MODO DE VIDA E NA TERRITORIALIDADE DOS RIBEIRINHOS.....	53
4.4	A INSTALAÇÃO DE EMPRESAS MADEIREIRAS E PALMITEIRAS...	55
4.5	OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	59
4.5.1	O Projeto Lontra e o modo de vida da comunidade do Lontra da Pedreira.....	62
4.6	O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E DA SEGUNDA RESIDÊNCIA.....	65
4.7	ANÁLISE DOS RELATOS DOS RIBEIRINHOS QUANTO AO SEU MODO DE VIDA E SUA TERRITORIALIDADE.....	78

5	CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES.....	80
	GLOSSÁRIO.....	89
	REFERÊNCIAS.....	91
	APÊNDICES.....	95

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

307.76098116

F224m

Farias, Rosana Torrinha Silva de.

Modo de vida ribeirinho e a territorialidade em transformações na comunidade da Lontra da Pedreira Macapá-AP (1940 a 2012) / Rosana Torrinha Silva de Farias; orientador Roni Mayer Lomba -- Macapá, 2014.

114 f.

Dissertação (Mestrado) . Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional.

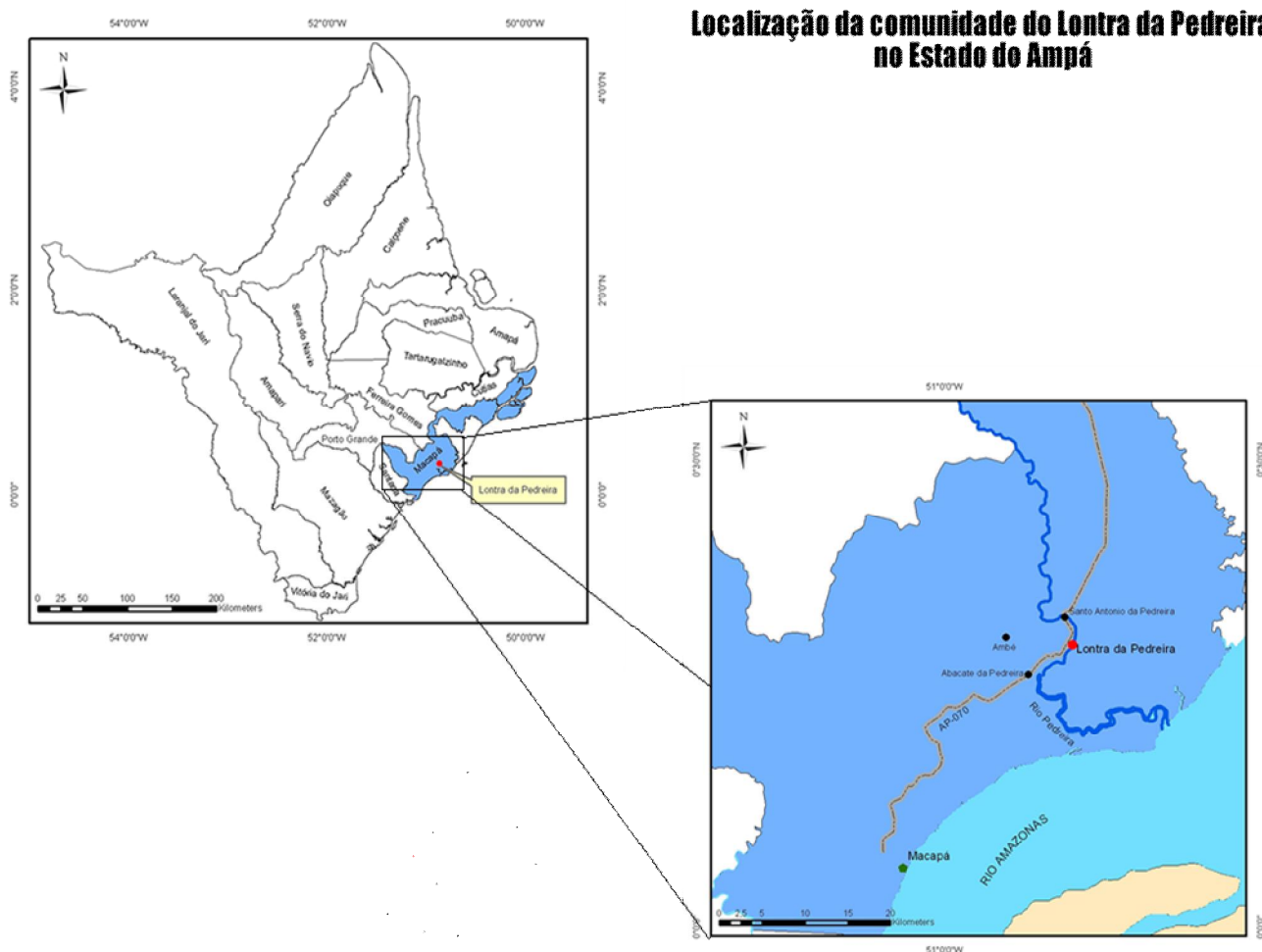
1. Vida ribeirinha . Amapá (AP). 2. Comunidade . Posse da terra . Amapá (AP). 3. Territorialidade humana. 4. Amapá (AP) . Aspectos econômicos e sociais. Lomba, Roni Mayer, orient. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa, que hora se materializa em forma de dissertação de mestrado agregada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, apresenta um estudo sobre as transformações no modo de vida e na territorialidade da população tradicional ribeirinha do Lontra da Pedreira, no período de 1940 a 2012.

A referida comunidade está localizada no Distrito da Pedreira, na zona rural do município de Macapá, capital do Estado do Amapá (figura 01).

Figura 01: Localização geográfica da comunidade do Lontra da Pedreira



Fonte: INCRA (2013).

O acesso à área ocorre por meio terrestre pela rodovia estadual AP-70 (Alceu Paulo Ramos), com distância de 45 km do centro da cidade de Macapá, ou por via fluvial pelo rio Amazonas e rio Pedreira, aproximadamente 135 km do centro da capital.

A definição desta área como estudo de caso está relacionada ao forte significado da tradição ribeirinha expressa pelo modo de vida desta comunidade, também, por esta população ter experimentado em diversos momentos históricos a investida de empreendimentos privados e públicos que provocaram transformações no seu modo de vida e na sua territorialidade. Outro fator relevante é o fato da comunidade se organizar politicamente por meio da associação de moradores como forma de resistência às mudanças de territorialidade, também na organização política em busca de melhoria na qualidade de vida.

Além destes critérios gerais, elencamos os de ordem particular. Mantivemos contato e conhecemos a realidade desta população há aproximadamente 35 anos, portanto, já acompanhamos, mesmo de forma limitada, as transformações que ocorrem na comunidade. Como docente do Curso de Geografia da UNIFAP realizamos pesquisas em educação ambiental, o que suscitou e motivou ainda mais os questionamentos e o interesse em contribuir com o conhecimento sobre o modo de vida local.

Atenta-se ao fato de que a história do lugar é pouco estudada e conhecida, portanto, de grande escassez literária, o que despertou um forte comprometimento na contribuição da compreensão, sistematização e formalização dos processos.

O contexto para este estudo foi a Amazônia brasileira, que além de deter rico patrimônio ambiental, o povoamento desta região permitiu a formação de um complexo populacional caracterizado pela diversidade social que se manifesta por meio de seu modo de vida expresso em vários elementos, a identidade, os valores, as tradições, os conhecimentos, o folclore, a dança, a religião, as lendas e mitos.

Esta investigação refere-se a um grupo social dentre os diversos que habitam esta região, as populações tradicionais ribeirinhas. O modo de vida

destas comunidades está relacionado ao território que habitam e a forma como se organizam criando forte vínculo de territorialidade.

Dessa forma, para que possamos compreender como desenvolvem e ordenam o seu modo de vida, requer, necessariamente, as definições conceituais e a relação das categorias modo de vida, território e territorialidade. Dentro desta premissa, o território é o lugar imprescindível para a reprodução de seu modo de vida e a realização das atividades práticas e sociais (MARQUES, 2004). Assim, o território é o resultado do uso e da apropriação de um determinado espaço por um grupo social, dessa forma, o modo de vida e território se integram.

Vidal de La Blache em sua obra *Princípios de Geografia Humana* (1954), concebeu modo de vida como sendo uma criação do próprio homem, que por meio da utilização dos recursos ambientais foram constituindo as ferramentas necessárias para o seu uso. A forma como se relaciona com o ambiente e no seu meio social criam hábitos, costumes e rituais que passam a caracterizar determinados grupos sociais como os agricultores e caçadores, e, por meio da hereditariedade ocorre à transmissão do modo de vida.

Tendo como ponto de partida esta compreensão, entendemos que os modos de vida são gestados pelo homem mediante a forma como se organiza socialmente no território em que vive. Grupos sociais como as populações tradicionais¹ ribeirinhas agregam valores, simbologias, crenças e misticismos no desenvolvimento de suas atividades econômicas e culturais, formando uma identidade coletiva que se estende a outras gerações por meio da hereditariedade.

Contribuindo com esta discussão, Julio Suzuki (1996), ao analisar a transição do rural ao urbano em Rondonópolis, traduz o modo de vida a partir da forma de percepção e concepção dos membros dos grupos em relação ao seu espaço, assim como a sua própria vivência.

Dentro desta compreensão, pode-se dizer que o processo de construção do modo de vida se remete a forma como as sociedades reconhecem o seu território e interagem com ele por meio das ações cotidianas. Dessa forma,

¹ Sobre o conceito de populações tradicionais vide, Diegues (1996), Cunha e Almeida (2001) e Decreto governamental nº 6.040, Art. 3º.

cria-se forte vínculo de territorialidade, a qual se efetiva nas relações sociais cotidianas (SAQUET, SPOSITO, 2009).

Os grupos sociais tradicionais possuem uma íntima relação com o território, apresentam um comportamento familiar com ele e dependência econômica. O território é o espaço das reproduções culturais (DIEGUES, 1996).

O modo de vida apresenta uma importância fundamental na formação da territorialidade, por isso será compreendido por meio da relação de dois aspectos fundamentais: as práticas cotidianas, representadas pelo trabalho, consumo, lazer, etc. e a relação dessas práticas com as relações sociais mais gerais (GUERRA, 1993).

Dentro desta concepção, o modo de vida está vinculado às formas como os indivíduos se relacionam com o seu território. Assim, o território é o espaço da construção da identidade² de um determinado grupo social por meio de suas representações culturais (CLAVAL, 1999).

O aporte identificador das populações tradicionais é o seu modo de vida marcado pela formação da territorialidade, pois, o que os definem é a forma peculiar de explorar o território que habitam, assim como o conhecimento e o controle que passam a exercer sobre ele (CUNHA E ALMEIDA, 2001). As populações tradicionais constroem seu modo de vida mediante os elementos simbólicos criados para representar e mapear sua territorialidade (BOURDIEU, 2001).

Raffestin (1993) discute o território a partir das relações de poder, das forças que se expressam pelo seu controle. O território é o espaço das múltiplas relações que se manifestam por meio das ações no sentido de se obter controle e poder sobre ele. A territorialização está associada à forma de apropriação abstrata ou concreta do território.

Considerando estas concepções, depreende-se que o modo de vida é a criação da própria identidade caracterizada pela incorporação de diversos elementos sociais e naturais criando forte vínculo de territorialidade. O modo de vida está relacionado a ação da coletividade dentro do seu território.

² Para Claval (1999, pg 16) cultura e identidade são elementos indissociáveis ao território e dados fundamentais na identificação do território. A identidade e a cultura permitem perceber os laços que os indivíduos tecem entre si, sobre a maneira como instituem a sociedade, como a organizam e como identificam o território no qual vivem.

O território e a territorialidade são duas importantes vertentes na compreensão do modo de vida das comunidades tradicionais ribeirinhas, tendo em vista que as práticas cotidianas de uso e ocupação do território, confluente com as relações sociais externas, constituem a construção da territorialidade.

A Amazônia brasileira é um dos cenários da construção da territorialidade de populações ribeirinhas, entretanto, a forma de apropriação da região, dentro de um contexto nacional e internacional desenvolvimentista (Becker, 1991), resultaram em planejamentos e projetos contraditórios com as peculiaridades culturais e de territorialidade desses povos. Não se considerou o fato da Amazônia ser uma unidade territorial formada por múltiplos grupos sociais.

Nesse sentido, a forma de apropriação embasada na exploração desordenada dos recursos naturais, na expropriação de terras, nos latifúndios e nos empreendimentos, tem afetado diretamente o ambiente de sustentação do ribeirinho, conseqüentemente, o seu modo de vida, gerando conflitos entre aqueles que usam os recursos amazônicos para sua sustentabilidade e, os grupos sociais que os utilizam para fins comerciais e de concentração de riquezas.

Não se pode deixar de revelar a figura do Estado neste cenário regional que segundo Loureiro (1991), a política de crescimento econômico de infraestrutura e de projetos agropecuários que privilegiou a burguesia, negligenciando as populações aqui existentes. Dessa forma, têm-se intensificado os conflitos na região e a luta das populações tradicionais pela manutenção da territorialidade.

Para Gonçalves (2012) desenvolve-se na Amazônia um novo fluxo de matéria e energia na região, comandado agora pelos grandes capitais do Centro-Sul do país e internacionais, sob a tutela do Estado.

As populações tradicionais ocupam secularmente o espaço amazônico e estavam invisíveis aos olhos da política, e dos que se apropriavam da região com o argumento de desenvolvê-la e ocupação das terras devolutas. Cunha e Almeida (2001) ressaltam que eram considerados como entraves para o desenvolvimento e para o progresso.

Frente a esta forma de apropriação, observa-se que ainda há na Amazônia o desafio de analisar e compreender como o modo de produção

socioeconômica imposta para esta região, por meio de um modelo de desenvolvimento voltado para a degradação social e ambiental, reflete no modo de vida desta população, considerando a importância deste grupo compor a identidade da Amazônia enquanto região brasileira. Foi diante desta inquietação que emergiu a inspiração pelo estudo sobre a transformação do modo de vida e da territorialidade na comunidade do Lontra da Pedreira.

As questões suscitadas neste estudo de caso poderão contribuir com as discussões na esfera científica e política, principalmente, em relação às dimensões das problemáticas geradas pelo crescimento transplantado como possibilidade de desenvolvimento regional e os impactos nas populações tradicionais ribeirinhas.

Este conhecimento, também poderá nortear o planejamento e a implementação de políticas públicas e/ou programas que possam valorizar e se adequar as especificidades sociais, assim como, poderá despertar diferentes olhares dos gestores na integração entre territorialidade e desenvolvimento regional.

A ocupação espacial da comunidade em questão remonta a década de 1940, intensificando-se a partir de 1950. A atração por este espaço foi motivada pelo fato destas terras estarem devolutas e apresentarem as condições naturais para a sobrevivência, ou seja, o rio e a floresta detendo os elementos essenciais de subsistência como a água e alimentação. O processo de territorialização ocorreu baseado nos valores e simbologias expressas na construção socioeconômica deste espaço.

O principal meio de transporte para a locomoção fluvial era a canoa a remo denominada de montaria ou casco, era projetada e fabricada de forma artesanal pelos próprios ribeirinhos com as matérias-primas extraídas da floresta. As viagens à longa distância eram por meio de canoas à vela e, posteriormente, por canoas a motor.

Naquele momento não havia estrada para o deslocamento terrestre até o centro urbano de Macapá. O acesso era por meio da navegação pelo rio Pedreira e Amazonas. Em decorrência do difícil acesso os membros da comunidade quase não visitavam a cidade, o que proporcionou aos moradores o desenvolvimento de seus hábitos e costumes sem muita influência urbana.

Durante o cotidiano dessas famílias eram desenvolvidas atividades combinadas entre o roçado, à extração vegetal e animal, a pesca, o cuidado com as plantas medicinais, com as árvores frutíferas cultivados nos quintais e a pequena criação de animais domésticos como porcos, galinhas e patos. O cachorro tinha um papel fundamental na vida desses ribeirinhos, era o principal agente de caça, cabia a ele encontrar o animal, perseguir e imobilizar até que o caçador conseguisse apanhá-la.

A maior parte da população se dedicava ao desenvolvimento da agricultura familiar, esta era realizada por meio de técnicas tradicionais, principalmente do cultivo da banana e da mandioca, se utilizava o sistema de queima-roça-plantio-abandono-pousio das áreas a serem cultivadas.

Sobre este modo de vida, assim se manifesta Loureiro (1992), o ribeirinho possui íntima relação com o rio e com a mata, e caracteriza-se por um baixo consumo, em geral, de produtos de origem industrial, pelo caráter artesanal da quase totalidade dos meios de produção.

A manutenção deste modo de vida e de territorialidade da comunidade irá perdurar até as dinâmicas comerciais privadas estabelecidas na área, em conjunto com as políticas públicas proporcionadas pelo Estado a partir da década de 1970, intensificando-se em 1990, que influenciaram nas transformações no modo de vida e nas territorialidades da comunidade. Destacamos para esta investigação quatro fatores primordiais nestas transformações:

O primeiro foi a intensa atividade dos regatões no período de 1970 a 1980, os quais intensificaram a introdução dos produtos industrializados na comunidade, por meio da comercialização entre estes bens e os produzidos pelos ribeirinhos.

O segundo fator está relacionado à instalação de indústrias de palmito e serrarias na área, no período de 1980 a 1990, as atividades eram desenvolvidas por meio da exploração dos recursos naturais e envolviam a comunidade no processo de produção.

O terceiro fator foi à implantação de políticas públicas de infraestrutura e o Projeto Lontra pelo Governo do Estado do Amapá, este último, por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDSA), no período de 1990 a 2000,

este projeto implantou novas atividades econômicas no local provocando mudanças no modo de vida e na territorialidade.

O quarto fator se refere ao desenvolvimento da atividade turística, também apresentada pela segunda residência ou residências de veraneio³ a partir da década de 1990. Os principais fatores de atração turística estão relacionados à beleza natural do Lontra da Pedreira, a infraestrutura de energia elétrica e asfaltamento da rodovia AP-70 que liga o Lontra à área urbana de Macapá, havendo assim considerável valorização do espaço da comunidade para esta atividade.

Diante deste contexto histórico, procuramos compreender de que forma as atividades econômicas públicas e privadas, instaladas na comunidade do Lontra da Pedreira, provocaram transformações no modo de vida e na territorialidade desta população? Tendo em vista esta problemática, partimos da hipótese de que as atividades econômicas públicas e privadas implantadas na comunidade impuseram uma forma de desenvolvimento social e econômico contraditório ao modo de vida e a territorialidade proporcionando as transformações. As mudanças foram sendo absorvidas e agregadas ao modo de vida da comunidade.

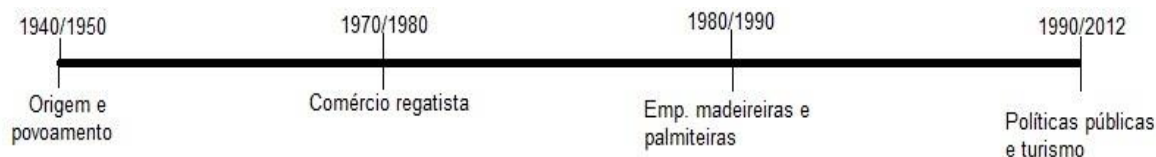
A partir deste pressuposto, nos propomos a analisar a influência da apropriação socioeconômica deste espaço no modo de vida e na territorialidade da população local.

Para a realização destas análises determinamos o espaço-temporal dos fatos históricos marcantes de transformações no modo de vida e na territorialidade, conforme periodização abaixo demonstrada.

Esclarecemos que os períodos, aqui estudados e demonstrados, não podem ser considerados como se fossem estanques, onde cada processo teve seu início e fim, apenas ordenamos os processos nos períodos em que os fatos históricos ocorreram com mais intensidade e obtiveram relevante influência no modo de vida da comunidade. A periodização foi importante porque facilitou o ordenamento dos processos e a organização textual do trabalho.

³ A segunda residência ou residência de veraneio, ou ainda, residência secundária, se contrapõe à residência permanente, o usuário da segunda residência deve, obrigatoriamente, morar em outro domicílio, considerado principal (TULIK, 2001). Segundo a Organização Mundial do turismo (OMT, 2008), a segunda residência é uma propriedade utilizada para fins de veraneio e turismo.

Figura 02: Linha do tempo



Fonte. A própria autora.

Visando atender os objetivos sugeridos nesta pesquisa utilizamos o método qualitativo. A opção por este tipo de investigação está vinculada à essência do estudo que preconiza a compreensão, descrição e a interpretação dos fenômenos relacionados aos significados (TEIXEIRA, 2002).

Neste tipo de pesquisa, o social é visto como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem dos grupos sociais e suas práticas são as matérias primas dessa abordagem. É o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana (TEIXEIRA, 2002, pg. 126).

Trata-se de uma pesquisa não-experimental do tipo exploratória, pois visa à aquisição de conhecimento e experiência sobre um determinado caso (TEIXEIRA, 2002). Quanto às fontes de informações, realizamos pesquisa bibliográfica acerca da literatura sobre a temática abordada e pesquisa de campo para coleta de dados.

Como se trata de um estudo de caso os dados foram construídos sobre a vivência e o espaço natural dos indivíduos. Considerando este enfoque a fonte direta foi a Comunidade do Lontra da Pedreira. A pesquisa enfatizou o processo dos acontecimentos considerando o contexto dos fatos ao longo da história que envolveu a comunidade, diante disso, utilizamos a história oral para a compreensão dos processos sociais, econômicos e culturais.

Baseados nos estudos de Lang (1996) e Meihy (1996, 1996a), a utilização da história oral é importante via de pesquisa baseada na coleta de fontes orais, que por meio de entrevistas são externadas as experiências e conhecimentos sobre fatos vivenciados.

A aplicação da história oral na comunidade do Lontra da Pedreira proporcionou ao entrevistado revelar e esclarecer fatos históricos que

envolveram a comunidade. Durante as entrevistas percebemos que o entrevistado fazia uma longa viagem no passado, adentrando no presente reconstituindo a história vivida.

A história oral nos permitiu compreender a atuação dos processos econômicos, políticos e culturais que abarcaram a comunidade nas transformações no modo de vida deste grupo social, assim como, nos proporcionou o resgate da origem da comunidade.

Nossas fontes de informações foram os moradores da comunidade, os turistas que frequentam o balneário nos finais de semana, os turistas que detém uma segunda residência nesta área e empresários que desenvolveram atividades econômicas nesta região.

Colocamos em prática a técnica da história oral com a realização de entrevistas gravadas seguindo um roteiro semiestruturado. Também, aplicamos um formulário com perguntas abertas. Esclarecemos que os informantes foram codificados para garantir o anonimato, utilizamos as letras em ordem alfabética, com exceção de três moradores que fizeram questão de dar o seu consentimento.

A pesquisa de campo obedeceu aos procedimentos por etapas, com isso, proporcionou melhor sistematização das visitas e a organização dos grupos de entrevistados, ou seja, os moradores, empresários e turistas:

A primeira etapa foi realizada em outubro de 2012, quando foram aplicados formulários com roteiro semiestruturado aos moradores da comunidade, dos 45 domicílios, 12 foram submetidos à pesquisa. A seleção dos residentes ocorreu de forma aleatória. Foi entrevistado apenas 01 morador de cada domicílio, sendo homem ou mulher maior de idade. Por meio deste instrumento obtivemos dados sobre o modo de vida e a construção da territorialidade e suas transformações ao longo da apropriação deste espaço.

A segunda etapa ocorreu em novembro de 2012, sendo aplicado formulário com perguntas semiestruturadas para os veranistas de segunda residência, ao todo perfazem 57 residências, foram selecionados 12 de forma aleatória, sendo o pesquisado homem ou mulher maior de idade. Por meio deste instrumento coletamos dados sobre os impactos desta atividade na territorialidade da comunidade.

Ainda nesta mesma etapa, aplicamos formulário para 05 turistas que utilizam o balneário. Neste caso não se pode precisar o universo, pelo fato da variabilidade dos visitantes. Desta entrevista extraímos a concepção do turista sobre o modo de vida do ribeirinho, a relação dele com a comunidade e qual a perspectiva para o local.

A terceira etapa também ocorreu em novembro de 2012, onde aplicamos formulário com perguntas semiestruturadas para dois empreendedores e comerciantes da área, com isso, adquirimos dados sobre a relação destes empreendimentos com a comunidade.

A quarta etapa em dezembro de 2012 e janeiro de 2013, realizamos observações sistemáticas na área seguida de anotações sobre os aspectos socioambientais e registro fotográfico. Estes registros compuseram a ilustração da dissertação demonstrando a estrutura física da área, o atual desenvolvimento das atividades econômicas e a configuração territorial.

Em abril de 2013, realizamos a técnica da história oral por meio de entrevistas gravadas com os três moradores mais antigos da região, estas foram imprescindíveis para o resgate da origem da comunidade, e seu histórico de desenvolvimento do modo de vida e, as atividades econômicas que influenciaram nas transformações.

A pesquisa de campo nos proporcionou coletar um volume considerável de informações acerca da realidade da comunidade estudada, sendo essencial para a interpretação, descrição, análise e textualização da dissertação.

Em relação à organização textual, o conteúdo desta dissertação está apresentado em três capítulos. No primeiro tecemos um olhar e analisamos o modo de vida e de territorialidade das populações tradicionais ribeirinhas. No segundo abordamos a história da apropriação econômica da Amazônia e do estado do Amapá e os impactos no modo de vida e na territorialidade das populações tradicionais ribeirinhas. Por fim apresentamos a análise do estudo de caso realizada no Lontra da Pedreira.

2. UM OLHAR SOBRE O MODO DE VIDA E A TERRITORIALIDADE DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA

Em se tratando de modo de vida e territorialidade das populações tradicionais ribeirinhas, inicialmente, sentimos a necessidade de compreender quem são de fato as populações tradicionais, o que as caracterizam e, por extensão, as chamadas ribeirinhas. Para Diegues (1996, pg. 88), um dos critérios mais importantes para a definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente aquele grupo social particular.

Em concordância com este autor, Cunha e Almeida (2001, pg. 184) descrevem que

populações tradicionais são reconhecidas de maneira extensional, isto é, enumerando seus membros atuais ou os candidatos a membros, considerando o que todos esses grupos possuem em comum.

Do ponto de vista destes autores fazem parte de determinados grupos sociais, denominados de populações tradicionais, os indivíduos que compõem estes grupos, desenvolvendo características coletivas e formando uma identidade.

Estes mesmos autores também inferem elementos comuns às populações tradicionais quando expressam que estes grupos tiveram pelo menos, em parte, uma história de baixo impacto ambiental e de que tem, no presente, interesses em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram.

Neste caso também se atribuem questões de ordem política e jurídica a este conceito, entendendo populações tradicionais como grupos que lutam pela manutenção e legitimidade de seu território. O território também é visto como o espaço de poder e controle (RAFFESTIN, 1993), sendo que o direito absoluto ao território é uma forma de assegurar a reprodução do modo de vida dos grupos sociais.

O território precisa ser controlado, pois, além do espaço de reprodução econômica e das relações sociais, o território é, também, o *locus* das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais (DIEGUES, 1996).

Ainda para este mesmo autor, as comunidades tradicionais apresentam características específicas que as identificam como tal.

- a) Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constroem um modo de vida;
- b) Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transmitido de geração em geração por via oral;
- c) Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) Reduzida acumulação de capital;
- g) Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentescos ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social de trabalho até o produto final;
- j) Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- k) Autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. (DIEGUES, 1996, p. 87).

Estes elementos definidores das populações tradicionais se transcrevem ao modo de vida por meio da construção de uma identidade que caracteriza um determinado grupo social, a exemplo dos quilombolas, ribeirinhos e castanheiros.

O que caracteriza o ribeirinho como população tradicional é a forma como este grupo social constrói o seu modo de vida e a sua territorialidade, um dos elementos definidores é a íntima relação com a mata e o rio, as técnicas tradicionais de caça, pesca, extrativismo e agrícola (LOUREIRO, 1991).

Comungando com a ideia desta autora, Castro (1997, pg.226), destaca dois elementos definidores da territorialidade ribeirinha, a floresta e os cursos d'água, não somente como recurso de sustentação, mas como forte significado na identidade.

As populações tradicionais ribeirinhas possuem algumas características que lhes são peculiares, constroem o seu modo de vida a partir de dois elementos fundamentais, a mata e o rio. A relação que desenvolvem com eles é de veneração e respeito, criando significados econômicos e simbólico-culturais para a coletividade, dessa forma, integram o patrimônio material e cultural. Portanto, o significado destes elementos vai muito além do que os fornecedores da base de sustentação destes grupos sociais.

Dentro desse entendimento, o território ribeirinho, necessariamente, precisa conter a floresta ou área de mata e o curso d'água, elementos imprescindíveis para a manifestação das suas relações econômicas e sócio-culturais, assim como, sua territorialidade também é definida a partir da agregação de valores a estes elementos.

Então, o território ribeirinho precisa conter os elementos importantes para o processo de construção e de reprodução social, onde os grupos sociais desenvolvem o sentimento de pertencimento e de controle. Deter e dominar o seu território é garantir o seu patrimônio material e cultural.

Neste sentido, quando ocorre a expectativa ou a ameaça de perda do território, significa não só a perda de terras ou espaço, mas do ambiente de reprodução do modo de vida e de sua identidade, gerando, assim, conflitos pela posse do território e da territorialidade. Neste caso, é imprescindível a intervenção dos órgãos estatais, no sentido de dar a garantia legal dos direitos ao território.

O reconhecimento formal das populações tradicionais e do seu território inicia tardiamente com a Constituição de 1988, a qual faz a tímida e limitada menção aos direitos indígenas, principalmente ao território. Cunha e Almeida (2001) analisam como sendo em consequência dos conhecimentos tradicionais e da conservação ambiental⁴.

Atribuem-se também a outros fatores como: as pressões dos ambientalistas, sociólogos, antropólogos, geógrafos, dentre outros; as reações violentas de enfrentamento destes grupos na proteção de seu território; e a

⁴ As populações tradicionais apresentam profundo conhecimento da biodiversidade. O território que habitam apresenta uma impressionante conservação (CUNHA e ALMEIDA, 2001, pg. 184). O papel das comunidades indígenas e de outras comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade é reconhecido em vários acordos internacionais entre os quais a Conservação da Diversidade Biológica e a Agenda 21 (Santilli, 2001, pg.235).

mobilização social sobre as questões relacionadas à sociodiversidade efervescentes.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais só foi instituída no ano de 2007 por meio do Decreto nº 6.040. Esta medida governamental definiu de fato quem são as populações tradicionais e qual a relação deles com o território e a afirmação da territorialidade. Este instrumento, no seu Art. 3º, define que

populações tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Esse documento é de suma importância no que concerne ao reconhecimento do território como o espaço de reprodução do modo de vida e da identidade das populações tradicionais.

Quadro 1: Construção do aparato legal das populações tradicionais no Brasil

Documento de formalização	Objetivos
Constituição de 1988, artigos 231 e 232.	Reconhecimento dos direitos indígenas.
Portaria nº22-N - IBAMA, 22/02/1992	Cria o Conselho Nacional de Populações Tradicionais; Cria o centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais.
Lei nº 9985, 18/06/2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, onde os quilombolas são reconhecidos como populações tradicionais.
Decreto 4887, 20/11 de 2003.	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos
Decreto nº 10.408, 27/12/2004.	Institui a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais
Agenda 21, cap. 26	Trata do reconhecimento e do fortalecimento do papel dos povos indígenas.
Decreto de 13/06/2006.	Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais . CNPCT.
Decreto nº 6.040, 07/02/2007	Institui a Política Nacional de desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Fonte: Adaptado de: Santilli (2001), Constituição Federal (1988), IBAMA (1992).

Analisando o quadro acima observamos que houve o reconhecimento governamental tardio da existência dos direitos das populações tradicionais, os deixando desprotegidos legalmente quanto a sua territorialidade. Com isso,

ficaram muitas marcas, dentre elas, a mais drástica foi à extinção de vários grupos sociais e, junto um arcabouço de conhecimentos.

Ainda, com base no quadro, a Constituição de 1988 reconhece apenas os direitos dos indígenas e quilombolas, negligenciando os demais. Só a partir do ano de 2004, que por meio de Decretos e da Agenda Nacional 21, é que se instituem o reconhecimento de outras categorias como os ribeirinhos, castanheiros, babaçueiros, dentre outros.

2.1 ORIGEM DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Ao tratarmos especificamente sobre as populações tradicionais ribeirinhas, inevitavelmente, teve que buscar suas origens nas raízes da ocupação do espaço amazônico. O aparato literário, representado por Lins (2012), Gonçalves (2012), Silva (2000) e Loureiro (1991), revelou que este grupo social é secular nesta região, proveniente da miscigenação do ameríndio com o colonizador e o africano, inicialmente, todos envolvidos no processo de apropriação dos recursos naturais. Os ribeirinhos, também chamados de caboclos amazônidas, construíram seu modo de vida à beira dos rios e igarapés (LOUREIRO, 1991).

Além do ribeirinho nativo da região, Loureiro (1991) e Silva (2000) descrevem o aparecimento do caboclo adaptado, aquele originário de duas correntes migratórias para os seringais. A primeira ocorreu no final do século XIX, principalmente pelos nordestinos, com o surgimento do 1º período da borracha, momento em que ocorria a grande seca do nordeste (1877-1879).

A segunda corrente migratória foi desencadeada no período de 1943 a 1945 com a chamada %batalha da borracha+. Entre 1890 a 1910 estima-se que meio milhão de pessoas migraram para os seringais da Amazônia. Ficaram conhecidos como os %soldados da borracha+.

Estes migrantes foram instalados às margens dos rios, na floresta, em meio aos seringais, onde eram construídos os barracões, local estratégico para o escoamento da produção.

Com a decadência da economia da borracha⁵, após a Segunda Guerra Mundial, muitos nordestinos e indígenas se estabeleceram nas margens dos rios e igarapés formando pequenos povoados. Acrescenta-se que neste momento histórico a terra não tinha significado como mercadoria, não se verificando grandes conflitos de territorialidade (BECKER, 1991).

Estas populações de nordestinos se apropriavam das terras e foram gestando seu modo de vida de acordo com o que a natureza lhes proporcionava. O rio e a mata compunham o cenário de seu ambiente de moradia, deles se extraía parte do alimento básico e constituíam vias de deslocamento. Na terra desenvolviam o plantio de culturas como o milho, arroz e árvores frutíferas como a banana e a goiaba, criavam seu próprio sistema de manejo.

Recursos da natureza eram utilizados na fabricação de artefatos para a caça, pesca e utensílios domésticos. O território oferecia a matéria-prima para o desenvolvimento das atividades produtivas. Como destacou La Blache (1954), os grupos sociais por meio dos recursos ambientais criam uma combinação de instrumentos e métodos para a sua sustentação, ou seja, criam modos de vida.

Criaram-se fortes vínculos de territorialidade, onde sociedade e natureza interagem definindo o modo de vida arraigado de misticismos, simbologias e conhecimento da biodiversidade. As relações desses povos tradicionais com a natureza manifestam-se no seu próprio vocabulário e nos termos que usam para traduzir sua vivência e adaptação aos ecossistemas (CASTRO, 1997).

Portanto, seu modo de vida se manifesta na forma de expressões que são peculiares a este grupo social. Estas expressões demonstram a relação e o conhecimento que possuem sobre o seu território criando uma linguagem coletiva para denominar fatos, fenômenos e objetos.

Percebemos a linguagem como mais um elemento definidor do seu modo de vida, ou seja, expressa a forma como este grupo social percebe, vivencia e se relaciona com o ambiente de moradia e com seus pares.

⁵ Ressalta-se que não é pretensão desta pesquisa aprofundar estudos sobre o período da borracha⁵, mas sim, compreender dentro deste momento histórico da Amazônia a origem das comunidades ribeirinhas e a construção de seu modo de vida e territorialidade. Mais detalhes sobre o assunto, vide: FILHO, Armando Alves, et al. Pontos de História da Amazônia. Vol. II, 2ª ed. Belém: *Paka-Tatu*. 2000. SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. História Econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

Nas expressões (quadro 2, vide glossário) está explícita sua territorialidade, a forma como concebem e percebem o seu espaço de vivência+ (SUZUKI, 1996pg. 179), uma vez que fazem referência aos elementos e aos processos naturais e culturais mediante uma linguagem integrada entre os membros do grupo.

Por meio da linguagem, especialmente criada para especificar elementos, objetos e processos, os ribeirinhos externam o conhecimento e a relação que mantêm com o seu território, aprofundando sua territorialidade.

Quadro 2: Formas de expressões ribeirinhas⁶

Expressões	Ribeirinhas
Alguidá	Lanciar
Boca do rio	Lamparina
Boca da noite	Matapi
Cacuri	Malpicá
Cipó	Pari
Cuia	Paneiro
Capoeira	Palha
Casco	Pecônia
Candeeiro	Peneira
Chibé	Pote
Debulhar o açaí	Peixe do mato
É, em	Quarador, varal
Furo	Roça
Gamela	Timbó (<i>Deris nicon, D. urucu</i>)
Igarapé	Tapagem
Ilharga	Trapiche
Jirau	Tucupí
Lanternar	Tipiti

Fonte: a própria autora.

Sobre o modo de vida dos ribeirinhos, Loureiro (1992, pg. 16) retrata que

por muitas décadas estes povos tradicionais amazônidas desenvolveram uma estrutura produtiva, exclusivamente, embasada na subsistência, as principais atividades eram o extrativismo e a agricultura, desenvolvidas por meio de técnicas rudimentares e formas tradicionais.

⁶ Estas expressões foram percebidas na Comunidade do Lontra da Pedreira durante o período de observação direta, são mais usadas pelos moradores mais antigos. O significado das expressões está no glossário.

Esses povos possuíam sua organização socioeconômica voltada para a subsistência. As relações do homem amazônico eram estabelecidas fundamentalmente no sentido de garantir a sobrevivência e a perenidade dos grupos sociais

Uma peculiaridade a ser relatada sobre o modo de vida destas populações é a construção de seu modo de vida a partir da sua moradia,

o homem natural da Amazônia vivia, secularmente, à beira dos rios e igarapés, seja nas cidades, vilas ou povoados. A vida na beira do rio corresponde uma profunda articulação com a natureza, sendo a água o elemento definidor da cultura. Os rios representavam a principal via de transporte, comunicação e escoamento da produção (LOUREIRO, 1992, pg.16).

Os rios também representam fonte de recursos, visto que a pesca é importante atividade econômica e fonte de alimento, o mesmo se atribui aos recursos florestais. A relação historicamente construída entre o ribeirinho e o rio também apresenta uma grande importância geográfica, é utilizado para estabelecer os limites territoriais de seu espaço ocupado, integra o contexto sociocultural das práticas tradicionais e serve como eixo de ocupação e deslocamento.

Geralmente, seus utensílios de pesca, caça e de uso doméstico eram produzidos por eles com a utilização de matérias-primas retirados da floresta, a exemplo de abanos (figura 03), peneiras (figura 04), pecônia (figura 05), matapís (figura 06) paneiros (figura 07), pote (figura 08), armadilhas para a caça feita de cipós (*Davilla Brasiliiana*), canoas, remos e panelas de barro.

Figura 03



Figura 04



Figura 05



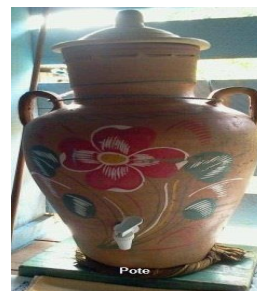
Figura 06



Figura 07



Figura 08



Fonte: a própria autora.

Quanto ao tipo de habitação (figura 09), são construídas residências de madeira às margens do rio em forma de palafitas, o assoalho feito de paxiúba (*Socratea Exorrhiza*). Para unir a casa com o rio é utilizado o trapiche também de madeira ou troncos de árvores, sendo que a mais usada é o miritizeiro (*E:Setigera Mautitia*), árvore típica desta região.

Figura 09: tipo de moradia do ribeirão do Lontra da Pedreira



Fonte: A própria autora

As comunidades tradicionais ribeirinhas são exímias conhecedoras da natureza em decorrência da profunda articulação com ela, conhecem as plantas e

árvores medicinais, compreendem o comportamento da natureza em relação à dinâmica das marés, das chuvas e da reprodução de peixes e animais silvestres.

Quanto aos aspectos relevantes dentre as atividades econômicas das comunidades tradicionais ribeirinhas destaca-se a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais, marcados pelo respeito aos ciclos da natureza e pela sua exploração, observando-se a capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Essa relação das populações tradicionais com o ambiente pauta-se na ideologia de exploração limitada dos recursos naturais (CUNHA; ALMEIDA, 2001). Esses limites advêm do próprio valor agregado aos recursos naturais como produtos necessários à sustentação.

Trata-se de comunidades que desenvolvem modo de vida baseado na subsistência, usufruem da natureza e dos seus bens como meios de sobrevivência, não como especulação e acumulação de riqueza. As atividades como extrativismo, caça, pesca e agricultura não são utilizados como meios de produção de mercadorias. A monetarização só é obtida com a venda do excedente da produção agrícola, os valores arrecadados eram usados em função da sobrevivência, para adquirir mercadorias que não podiam fabricar.

O organograma abaixo representa de forma geral as características do modo de vida do ribeirinho.

Figura 10: organograma das características dos ribeirinhos



Fonte: A própria autora .

Especificamente, nesta pesquisa, a nossa referência de comunidade tradicional ribeirinha é a população do Lontra da Pedreira, a qual estabelece seu modo de vida ao longo dos rios e igarapés, desenvolvendo suas atividades econômicas e culturais mediante a referência que eles têm de natureza e os valores agregados a cada elemento do espaço, desse modo construindo e reconstruindo o seu território. Apresentam uma forma peculiar e específica de desenvolver seu modo de vida que está explícito nas suas manifestações econômicas e culturais exercidas no cotidiano desta sociedade. O território é, acima de tudo, o espaço da construção de sua identidade.

3. APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO E OS IMPACTOS NO MODO DE VIDA E NA TERRITORIALIDADE DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS.

Ao analisarmos a Comunidade do Lontra da Pedreira no contexto amazônico, foi imprescindível realizarmos uma breve análise da dinâmica geopolítica e econômica da apropriação deste espaço tendo como ponto de partida a década de 1960, caracterizada pela inserção vigorosa da economia nacional ao mercado mundial e, internamente, pela expansão da indústria e pela modernização tecnológica (LOUREIRO, 1992).

Nesse sentido a ocupação da Amazônia

se torna prioridade máxima após o golpe de 1964, quando, fundamentado na doutrina de segurança nacional, o objetivo básico do governo militar tornou-se a implantação de um projeto de modernização nacional, acelerando uma radical reestruturação do país, incluindo a redistribuição territorial de investimento de mão-de-obra, sob forte controle social (BECKER, 1991, pg12).

Dentro dessa nova ordem econômica nacional, ou seja, a modernização do país, o Estado assume definitivamente o planejamento e a direção do desenvolvimento da Amazônia, participando direta e ativamente das articulações que inserem a região no processo de globalização (KITAMURA, 1994).

Nesse contexto, o Governo Federal tomou uma série de medidas, visando à efetiva ocupação do espaço amazônico, dentre elas: a construção e a pavimentação de rodovias; a construção de usinas hidrelétricas; incentivos fiscais e financeiros.

Pinto (1995) estipula como data referencial para o início da transformação na Amazônia, o ano de 1966, quando o governo institui políticas de incentivos fiscais, com base na industrialização, por meio dos seguintes órgãos: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Banco da Amazônia (BASA). Esses órgãos serão os responsáveis diretos em estabelecerem os incentivos necessários à implantação de empreendimentos na Amazônia.

Mediante essas facilidades a região se transformou em foco de desenvolvimento nacional e se tornou alvo do capital internacional. Nela

implantaram projetos desafiadores, como os energéticos, mínerometalúrgicos e agropecuários.

O novo estilo de uso e ocupação econômica da Amazônia provocou impactos de grandes proporções, principalmente, em relação ao aspecto socioambiental, que recaiu sobre os recursos naturais e as populações tradicionais, pois a implantação dos empreendimentos desconsiderava seu modo de vida e sua territorialidade.

Na compreensão de Gonçalves (2012, pg.79-80)

o novo padrão de organização do espaço amazônico provoca pressão sobre os recursos naturais das populações tradicionais da região. O modo como se apropriavam da natureza implicava uma determinada forma de convivência com os ecossistemas regionais que passam, a partir dos anos 70, a ser um ou outro elemento isolado da natureza: o minerador está interessado no subsolo pouco se importa com o solo, com o rio, ou com a floresta que, para ele são obstáculos; o pecuarista vê a floresta como mato a ser derrubado para se transformar em pasto; o madeireiro, com a abertura das estradas, pode explorar além das cercanias dos rios, ao ter acesso a terra firme e, com o combustível para a sua serra elétrica e a energia

Ainda, se pode acrescentar que o novo modelo de apropriação do espaço amazônico não foi pensado e nem planejado para o homem amazônida. As políticas públicas e os projetos econômicos são contraditórios a realidade e as peculiaridades desta região.

Durante o processo de apropriação do espaço amazônico ocorreu a transferência de

volumosos recursos públicos para grandes grupos econômicos privados através de diferentes programas, este fato aprofundou as desigualdades ao acesso e ao uso dos recursos naturais na Amazônia, visíveis na concentração fundiária e no número de agricultores sem terra na região, como, também, na concentração dos direitos sobre os recursos minerais em favor de alguns grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros (KITAMURA, 1994, pg. 35).

Na corrida pelo monopólio da terra pelos grandes empresários, às populações tradicionais da Amazônia eram consideradas como entraves ao desenvolvimento (CUNHA; ALMEIDA, 2001).

Dessa forma, se desencadeou uma série de conflitos pela posse da terra entre os diversos segmentos sociais que possuíam interesses antagônicos

sobre a propriedade desta, dentre eles: os grandes empresários, que desejavam a concentração dos latifúndios; as populações tradicionais, que lutavam pela manutenção de suas terras ou pela reconquista da mesma; os pequenos produtores, cada vez mais pressionados a abandonarem suas terras; os posseiros, que iam ocupando as áreas próximas às rodovias e estradas e os grileiros, que se utilizam de meios ilícitos para garantir os títulos de propriedades da terra.

Nesse contexto, muitos grupos de populações tradicionais perderam suas terras ou parte delas em conflitos pela posse. A desapropriação, em muitos casos violenta, provocou dentre outros acontecimentos o abandono da terra e a emigração para as cidades por muitas comunidades, ou, por grande parte de seus membros, dessa forma perdendo seu vínculo social e cultural (LOUREIRO, 1992).

Também se estabelece novo sistema agrícola na Amazônia, caracterizado pela prioridade para a monocultura, o uso da mecanização, técnicas mais avançadas, bem como, o uso dos defensivos agrícolas e produtos químicos para a fertilização dos solos.

Essa forma de desenvolvimento agrícola provoca, dentre outros, impactos socioambientais a poluição de corpos d'água, afetando a quantidade e a qualidade do pescado utilizado pelas populações tradicionais, assim como, compromete a qualidade da água, por elas consumida (LOUREIRO, 1992).

A construção de usinas hidrelétricas na Amazônia provoca efeitos devastadores não só ao meio ambiente, mas também há muitas comunidades por elas atingidas. No que se referem às questões ambientais muitos hectares de floresta nativa ficam submersos, são milhares de habitat naturais de espécies animais que sucumbiram com a inundação.

Loureiro (1992) se reporta aos impactos sociais provocados pelos alagamentos de terras de colonos e indígenas que são realocados, a exemplo da construção das usinas de Kararaô⁷ e Babaquara, ambas em Altamira-PA, com repercussão internacional, em detrimento da resistência dos povos indígenas prejudicados pela construção das mesmas;

⁷ Desde 1989 é denominada de Belo Monte.

Com a descoberta de novas áreas minerais na Amazônia, na década de 1960, a corrida pelo ouro atraiu considerável quantidade de migrantes para as áreas de garimpagem. Essa atividade agride

o ambiente de forma brutal e as populações vivem em condições sociais precárias, estando estes sujeitos a constantes epidemias de malária. O processo de garimpagem, através do mercúrio, geralmente causa o assoreamento do rio e sua contaminação. Estes problemas se estendem às populações locais, afetando, principalmente os indígenas e os caboclos da região (SILVEIRA; LOPES, 1994, pg.38).

A instalação de novos padrões tecnológicos que se respaldam na estrutura socioeconômica montada pela modernização da produção, desse modo, utiliza instrumentos de tecnologias avançadas como motosserras e tratores, esses equipamentos provocam uma rápida degradação ambiental, principalmente, quanto à derrubada da floresta nativa. Com a sua retirada ocorre à limitação ou a escassez da caça e das espécies vegetais que garantem a sustentação das populações tradicionais.

Acrescenta-se também, que madeireiros financiam a retirada do produto entregando aos caboclos da região equipamentos mais eficientes no corte das árvores visando o aumento da produção em pouco tempo. Com isso, o morador nativo da Amazônia torna-se exímio contribuinte do acelerado desmatamento.

A inserção de comunidades tradicionais na relação patronal, pelas empresas, foi bastante significativa, posto que membros de várias comunidades, ou até mesmo comunidades inteiras, ingressaram como trabalhadores assalariados em empresas, e, muitos chegaram a abandonar a economia de subsistência pelo trabalho assalariado. O salário passou a significar a busca do seu meio de sobrevivência. Sobre o envolvimento dos povos tradicionais no mercado, Cunha e Almeida (2001, pg. 188), descrevem que

embora a cultura tradicional tenha promovido à conservação no passado, as necessidades introduzidas pela articulação com a economia de mercado irão levar inevitavelmente a mudanças culturais e a superexploração dos recursos naturais.

Muitas comunidades, consideradas geradores de poucos impactos ambientais, em consequência da pressão exercida pelos empresários que necessitam de grandes quantidades de produtos para atender a demanda de mercado, passam a se envolver em atividades de forma predatória, ou seja: na coleta intensiva de recursos naturais, como a madeira, o palmito, a pesca e caça.

As pressões exercidas nos espaços das comunidades tradicionais pelos empreendimentos na Amazônia despontam para os conflitos por território. Becker (1991) os analisa a partir da apropriação monopolista da terra por empresas agropecuárias, fazendeiros, frentes de exploração mineral e grandes projetos, os quais recebem o apoio do Estado para a apropriação privada das terras.

Neste sentido, a acentuação dos conflitos é decorrente das aquisições privilegiadas, ilegítimas e mesmo, ilegal de terras por grupos econômicos, sobrepondo-se às seculares posses das populações naturais da região. Identificando como interesse nacional o interesse dos grupos econômicos privados, o Estado institui mecanismos de regularização das terras adquiridas ilegalmente pelos empresários (LOUREIRO,1992). Configuram-se neste cenário territorial novos atores sociais que lutam pela posse da terra.

A Comissão Coordenadora Regional de Pesquisas da Amazônia (CORPAM), por meio do plano de Ciência e Tecnologia para a Amazônia (1990/1991) reconhece que a forma de desenvolvimento da Amazônia respaldado na exclusão social tem proporcionado a descaracterização do modo de vida das populações tradicionais.

3.1 OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AMAPAENSE E OS REFLEXOS NAS TRANSFORMAÇÕES DO MODO DE VIDA E TERRITORIALIDADE DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS

Como a ocupação do espaço amapaense está engendradora no processo de apropriação da Amazônia, portanto, associada ao modelo de desenvolvimento para esta região embasada na exploração dos recursos naturais e nos empreendimentos econômicos com o objetivo de desenvolvê-la, a partir da década de 1940

foram criadas diretrizes políticas e administrativas do Território Federal, implantadas infraestruturas e estimuladas atividades econômicas pelo Governo Federal, principalmente no setor de extrativismo mineral, que em muito contribuíram para a estruturação econômica amapaense e para sua organização espacial (PORTO, 2007, pg. 115).

Podem-se destacar quatro significativos fatos históricos que marcaram a história política e socioeconômica amapaense, são eles: a criação do Território Federal do Amapá em 1943; a implantação da Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI) em 1957, para explorar uma das maiores reservas de manganês do mundo, descoberta na Serra do Navio⁸; a estadualização em 1988 e a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana em 1991.

Estes acontecimentos foram focos de atração populacional e de grandes, pequenos e médios empreendedores. O Amapá despontou para a chegada de imigrantes, estes eram, principalmente, oriundos de vilas paraenses mais próximas e dos campos do Marajó. Além desses, outros brasileiros, e até estrangeiros ingressou neste mercado de trabalho (SOUZA, 1998). A população amapaense obteve um relativo aumento populacional, no ano de 2000 alcançou um total de 424.683 habitantes, em 2010 essa população chegou a 668.689 (IBGE).

Atraídos pela perspectiva de encontrar nesta região matéria-prima abundante fornecida pela natureza, terras ~~evolutas~~ a serem ocupadas, mão-de-obra barata e apoio governamental para instalação de novos negócios, os empreendimentos econômicos se expandiram nas cidades e nos interiores, neste último, às margens dos rios e igarapés, onde se acentuaram pequenas e médias indústrias madeireiras e fábricas de palmito visando à exploração direta desses produtos.

A pressão sobre o território das populações tradicionais amapaenses foi se intensificando com a dinamização econômica a partir do século XX com a instalação de grandes empresas voltadas para a produção em larga escala para atender o mercado internacional. Estes empreendimentos exigem, dentre outros,

⁸ Mais detalhes sobre a criação do Território Federal do Amapá, a estadualização e a Implantação da ICOMI e suas conseqüências, vide Porto, 2003.

grandes extensões de terras, parte da mão-de-obra especializada, mecanização, grandes investimentos de capitais e exploração dos recursos naturais.

Diante disso, apropriando da análise de Gonçalves (2012) observa-se o conflito expresso pelos diferentes sistemas produtivos na região, as populações tradicionais que em pequena escala combinavam a produção para o mercado com a produção voltada para a reprodução familiar, ou seja, não pautavam suas vidas por uma preocupação exclusivamente econômico-mercantil.

Além dos grandes empreendimentos se destacam os de pequeno e médio porte que se instalaram nas margens dos rios e igarapés para a exploração direta dos recursos naturais, a exemplo das madeireiras e palmiterais.

Estas empresas ocasionaram impactos consideráveis de ordem socioeconômicos e ambientais às comunidades tradicionais. No que se refere aos efeitos socioeconômicos, grande parte da mão-de-obra foi recrutada na própria região, envolvendo, dessa forma, a população local. A inserção dessas comunidades na relação de produção nas fábricas e serrarias ocorreu de duas formas: assalariada, com a jornada de trabalho determinada; e autônomos, como fornecedores de matérias-primas retiradas da floresta (madeira e palmito) para as empresas.

As comunidades passaram a dedicar-se em tempo integral às empresas, com isso, a agricultura, a caça e a pesca, que eram praticadas diariamente como garantia de subsistência, passaram a representar atividades esporádicas. Sua sobrevivência ficou garantida quase que exclusivamente pelos salários que a família recebia.

Sobre a dependência dessas comunidades no mercado, Carlo e Drummond (2001, pg.33), relatam que

as comunidades que se engajam em economias de troca criam dependência em relação a mercados que lhes são externos. A tendência de a região Amazônica se abrir cada vez mais às atividades produtivas de mercado . com ou sem preocupação de sustentabilidade . segue essa lógica de aumentar a dependência dos grupos locais em relação aos mercados mais amplos.

Essa dependência de grupos locais na relação mercadológica também promoveu nas comunidades tradicionais mudanças significativas, tanto no seu modo de vida, quanto nas suas concepções, a exemplo da natureza vista por eles

como única fonte de sobrevivência passou a ser explorada por muitas comunidades tradicionais como mercadoria.

Também se pode citar o caso da pesca e da caça predatória com fins comerciais praticadas por membros das comunidades, impulsionados pelo valor econômico dos produtos, comprometendo a biodiversidade e as fontes de subsistência local. Antes essas atividades eram praticadas apenas para garantia de sobrevivência.

Essas populações também foram atingidas pelos impactos ambientais provocados, principalmente, pelos seguintes fatores: poluição e assoreamento dos rios e igarapés por meio dos rejeitos depositados pelas serrarias e fábricas; e retirada desenfreada da madeira e do palmito provocando o desmatamento e baixa na quantidade de espécies vegetais.

É dentro desse cenário de ocupação socioeconômica inadequado que o Amapá apresenta um quadro insatisfatório quanto ao seu desenvolvimento, caracterizado por um modelo de crescimento que favoreceu a exploração de seus recursos, bem como a exclusão de parcela substancial dos amapaenses em relação aos frutos desse crescimento (Plano Estadual Ambiental - PEA, 1997).

Diante de todos estes problemas relacionados registra-se a inexistência de política ambiental operante até o final da década de 1980, esse fato, promoveu a intensificação dessas problemáticas e muitas comunidades tradicionais passaram por acelerado processo de transformações no modo de vida e na territorialidade.

A comunidade do Lontra da Pedreira é um exemplo de população que foi atingida pela forma de apropriação do espaço amazônico, empresas madeireiras e palmitadeiras se instalaram nas margens dos rios e igarapés com o objetivo de explorar os recursos naturais para atender o mercado nacional e internacional. Alguns membros da comunidade foram inseridos na relação mercadológica como agentes da exploração da natureza, retirando a madeira e o palmito e vendendo para as empresas, ou compondo o quadro de funcionários. Isso gerou um processo de mudança no modo de vida desta comunidade.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS X MODO DE VIDA E TERRITORIALIDADE DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS AMAPAENSES

A partir de 1990 o Governo do Estado do Amapá, em consonância com a nova ordem mundial ambiental ditada pelos documentos elaborados por ocasião dos encontros internacionais, busca políticas públicas capazes de proporcionar mudanças quanto ao desenvolvimento socioeconômico da região, diante da dilapidação da biodiversidade e da sociodiversidade provocada pelo modelo vigente.

Esse desafio iniciou com a formação do arcabouço legal e institucional das questões ambientais que ganhou bases mais sólidas com a sintetização do Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDSA), instituído pelo governo estadual em 1995. De acordo com o Plano Estadual Ambiental - PEA (1997) esse programa apresenta-se como alternativa para inaugurar novo ciclo de desenvolvimento em que a aceleração do crescimento econômico obedeça a objetivos de ordem social, ecológica e ambiental.

Na visão de Filocreão (2002), com o PDSA assiste-se ao fim de uma longa fase na história do Amapá, que se caracterizou, principalmente, pela falta de uma proposta de desenvolvimento voltada para a população local. Portanto, esse ano é o marco histórico do processo de mudanças quanto às questões socioambientais, pois, no dia 14 de agosto de 1995, por meio do Decreto n. 2453, se inicia a implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDSA).

O PEA (1997) explicitou seis diretrizes para o PDSA, são eles: valorização das vantagens comparativas; sustentabilidade do processo econômico; procura da equidade social; utilização de parcerias na execução dos projetos de desenvolvimento e desconcentração dos investimentos e municipalização do processo decisório.

No que diz respeito à atuação desse programa quanto à visão sociocultural, Filocreão (2002) faz a seguinte consideração: as ações de valorização foram pensadas no sentido do fortalecimento da identidade cultural do homem amapaense, tornando-se necessário o resgate dos saberes.

Neste sentido diversas ações foram planejadas e executadas pelo PDSA, a seguir o resumo das principais:

a) o fortalecimento do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA) - esta instituição passou a representar um dos sustentáculos do PDSA, pois, acelera-se o desenvolvimento da pesquisa, principalmente, quanto aos recursos naturais tendo por base o respeito às comunidades locais e ao meio ambiente e com ênfase no uso racional dos recursos naturais;

b) o fortalecimento do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) que tem como objetivos: a análise integrada da dinâmica natural e socioeconômica da região, realizar a avaliação do potencial e das limitações dos recursos naturais.

c) o fortalecimento do Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro (GERCO). Esse programa tem como objetivo geral estabelecer critérios que visem à gestão ambiental integrada, participativa e descentralizada da zona costeira;

d) Projeto de Gestão Ambiental Integrada (PGAI), consiste na implementação de políticas de conservação dos recursos naturais da região, com base na integração das instituições e órgãos responsáveis pelo meio ambiente

e) criação do Centro de Formação de Recursos Humanos (CEFORH), com o objetivo de promover treinamentos e cursos de capacitação para o servidor público;

f) Agenda Positiva para o Amapá . foi discutida e aprovada nos dias 16 e 17 de agosto de 1999. Em junho de 2000, essa agenda foi apresentada no Seminário Regional da Agenda Positiva para a Amazônia Legal;

g) construção da Agenda 21 local - em abril de 1998 foi realizado seminário para discutir a implantação da agenda 21 local. Em julho desse mesmo ano é realizado o 2º encontro de discussão da agenda 21. Ressaltamos que essa agenda ainda não foi finalizada (SEMA, 2000);

h) o programa de Educação Escolar Indígena - tem como objetivo fortalecer a identidade étnica, o intercâmbio cultural, a capacitação de professores índios e não índios e a produção de material didático bilíngüe e intelectual para as escolas;

i) criação do Centro de Cultura Negra - os objetivos da criação desse centro são: pesquisar, registrar, resgatar e divulgar as manifestações da cultura

afro-brasileira, em especial as intimamente ligadas ao processo histórico do Amapá;

j) Projeto Escola Bosque tem como objetivo a capacitação do homem da região a conhecer e explorar o meio ambiente de maneira racional e sustentável. Valoriza os conhecimentos tecnológicos e culturais locais utilizando o método socioambiental de ensino. (Ilha de Santana e Bailique);

k) Educação Rural está voltada para a educação permanente, envolvendo pais, alunos e comunidade no processo de ensino-aprendizagem (escola agrícola do Pacuí, Carvão e da perimetral Norte);

l criação do Batalhão Ambiental com o objetivo de fiscalização do meio ambiente;

m) criação do Programa Estadual de Educação Ambiental, legitimado pelas organizações governamentais e não-governamentais, que tem como diretrizes estratégicas %a capacitação, práticas de EA na gestão ambiental e produção e difusão de conhecimentos+(SEMA, 2000).

n) a Implantação do Projeto Lontra da Pedreira . Realizado no período compreendido entre 1997 a meados de 1999, com extensão de monitoramento até 2000.

Outra iniciativa, visando à proteção do ambiente foi a criação de áreas protegidas por meio de Unidades de Conservação, que somadas totalizam 69.485,80 km² (PORTO, 2006) do total da área amapaense que é de 143.453,71 km². Também se instituiu o aparato legal e institucional no Estado do Amapá, apresentados no quadro abaixo.

Quadro 4 . Aparato legal do ambiente no Estado do Amapá

Instrumento Legal	Ementa
Constituição Estadual promulgada em 20/12/1991	Capítulo IX. do Título VIII, que trata dos assuntos referentes ao meio ambiente.
Lei n. 51 de 28/12/1992.	Dispõe sobre a política agrária, fundiária, agrícola e extrativista vegetal.
Lei n. 142 de 29/12/1993.	Institui a política pesqueira no Estado.
Lei complementar n. 5, de 18/08/1994.	Institui o Código de Proteção Ambiental .
Lei n. 165, de 18/08/1994	Cria o Sistema Estadual do Meio Ambiente.
Lei complementar n. 5/94.	Institui o Código de proteção Ambiental dos espaços territoriais especialmente protegidos.

Decreto n. 3331 de 12/12/1995.	Criação do ZEE.
Lei complementar n. 13 de 29/10/1996.	Cria a Procuradoria do Meio Ambiente.
Lei complementar n. 15 de 09/05/1997.	Promove a organização do Batalhão Ambiental.
Decreto n. 5031, de 06 de outubro de 1997.	Cria a Gerência Estadual para o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.
Lei n.388 de 10/12/1997.	Regulamenta o controle e acesso a biodiversidade.
Lei n. 454 22/07/1999.	Dispõe sobre a delimitação e tombamento das áreas de ressaca do Estado.
Lei n. 530 de 15/05/2000.	Proíbe o armazenamento de rejeitos ou resíduos tóxicos ou perigosos no Estado.

Fonte: SEMA (2000).

O quadro compõe os principais instrumentos legais que legitimam a defesa do ambiente no Estado do Amapá. Estes instrumentos visam proteger, regulamentar e controlar o acesso à biodiversidade e o uso e ocupação do território, com isso, houve a intensificação do monitoramento das práticas de acesso aos recursos naturais. As Legislações e Decretos são aplicados a todo o território estadual, não considerando o caso específico das comunidades tradicionais, que apresentam forma diferenciada de explorar o ambiente.

Certamente havia a necessidade de se estabelecer mecanismos com bases legais e institucionais com vistas a administrar a forma de uso e ocupação territorial no Estado, porém, mais uma vez o homem da floresta foi negligenciado quanto ao seu modo de vida e territorialidade, sendo incluído no bojo dos que se apropriam para explorar de forma predatória.

Relatos obtidos por ribeirinhos do Lontra da Pedreira revelam uma grande controvérsia entre o aparato legal ambiental e seu modo de vida. Pode-se constatar por meio de seus relatos. Esclarecemos que os entrevistados optaram pelo anonimato, não autorizando a identificação, por isso, os mesmos foram codificados se utilizando letras do alfabeto.

Rosana Farias (2012) . as leis ambientais facilitaram ou dificultaram o modo de vida de vocês?

Entrevistado A . por causa dessas leis um dia fui preso porque a policia me pegou com cinco cutias, só fui sorto

quando disse que era para o armoço de minha família, meus oito filhos, dois netinhos, eu e minha mulher+.

Entrevistado B . %Depois dessas leis a pesca ficou mais difícil para nós, sem o timbó, que agora é proibido. Nós pescava assim a anos e nunca fartou peixe, sempre tinha muito mais, a culpa não é nossa da farta de peixe, é daqueles que pegam muitos peixes de uma vez só+.

Entrevistado C . %Agora nós não pode mais plantá na beira do rio como meus avós e meus pais fazia, porque se fizé isso, é multado, nós é considerado povo que agride a mata, como? Se nós só usa um gito pedaço de terra, quem acaba com a mata é aquele que usa uma grande quantidade de terra. Agora nós trabalhamo muito mais na roça, ela fica longe da beira do rio, e temo que carregar a banana e as verdura mata a dentro até chegar na beira donde está o barco. O rico que planta, carrega no carro, ele continua usando um enorme pedaço de terra e plantando do mesmo jeito, nós não, as lei só serviu pra nós+.

A análise que o próprio ribeirinho faz do aparato legal e institucional estabelecido pelo Estado revela que as mesmas foram pensadas e planejadas para uma região socialmente homogênea, desconsiderando os grupos sociais que desenvolvem seu modo de vida de forma tradicional. Os povos da Amazônia tiveram que adaptar o seu modo de vida as exigências legais.

Esclarecemos que outros programas de governo foram implantados no Estado do Amapá, entretanto, utilizamos somente o PDSA em nossa pesquisa por entendermos que foi de grande relevância na atuação de projetos na comunidade em questão. Não encontramos nenhum outro programa de governo que contemplasse de forma expressiva e individualizada a referida comunidade em seus planejamentos.

4. MODO DE VIDA E TERRITORIALIDADE EM TRANSFORMAÇÕES NA COMUNIDADE DO LONTRA DA PEDREIRA

Neste capítulo analisamos as transformações no modo de vida e na territorialidade da comunidade do Lontra da Pedreira pela compreensão em *lócus*.

O desafio foi árduo na busca de informações que pudessem relatar com propriedade e veracidade dos fenômenos históricos relacionados à produção e reprodução espacial, basicamente, a fonte do estudo foi a comunidade, que demonstrou interesse em contribuir na construção desta investigação.

O estudo de caso foi analisado de acordo com os quatro fatores históricos marcantes, determinados inicialmente nesta pesquisa como desencadeadores das transformações do modo de vida e de territorialidade da comunidade estudada: Os regatões (1970 a 1980), as empresas madeireiras e palmeiras (1980 a 1990), as políticas públicas com o Projeto Lontra e de infraestrutura (1990 a 2000) e a atividade turística (a partir de 1990).

4.1 DISTRIBUIÇÃO SOCIOGEOGRÁFICA

A comunidade do Lontra da Pedreira está distribuída geograficamente da seguinte forma: 45 casas residenciais de ribeirinhos localizadas nas margens dos rios e igarapés, composta em média por 7 membros familiares cada, perfazendo aproximadamente 315 moradores⁹; 57 casas de veraneio (segunda residência); 04 restaurantes, 04 comércios de pequeno porte destinados a vendas de diversos produtos

Os comércios, restaurantes e casas de veraneios estão concentrados na Vila do Lontra (figura 11). Apenas 18 residências de ribeirinhos se localizam neste espaço, 27 em localidades mais distantes às margens de rios e igarapés da bacia do rio Pedreira. Observou-se que o espaço utilizado para a prática agrícola se localiza fora do espaço residencial, em áreas de mata fechada e cercadas por pequenos igarapés, necessitando de deslocamento via fluvial por embarcações de pequeno porte.

⁹ Ressalta-se que pelo fato da comunidade fazer parte do Distrito do Município da cidade de Macapá não há registros populacionais específicos da área no IBGE, entretanto, realizou-se uma estimativa em torno de 315 moradores, considerando os dados da composição familiar, em média 7 membros coletados no formulário. Esta estimativa foi confirmada pelo Presidente da ACL.

Figura 11 . Vila do Lontra da Pedreira.



Fonte: A própria autora.

A referida vila está localizada na margem esquerda do rio Pedreira, é a sede política e administrativa da comunidade, além de ser o ponto de ligação por via terrestre com o centro urbano da cidade de Macapá. Nesta Vila se concentra o aparato administrativo: mini-estação de água tratada, *contêiner* para armazenamento do lixo, centro comunitário, centro de saúde e uma Escola Estadual denominada de Nazaré da Pedreira, a Igreja do padroeiro da comunidade - São Tomé.

É no Centro Comunitário (figura 12) que ocorrem as manifestações culturais e políticas, a exemplo das festividades no mês de junho (quadrilhas juninas) e a festa do santo padroeiro - São Tomé que ocorre no mês de dezembro. Também são realizadas as reuniões políticas e administrativas que envolvem o maior número de comunitários.

Figura 12: Centro Comunitário.



Fonte: A própria autora.

O Centro de Saúde (figura 13) possui um agente responsável pelos primeiros socorros e pelo controle de doenças tropicais como a malária e dengue, também se realiza o controle nutricional das crianças por meio da pesagem mensal. Em uma conversa informal com o referido agente, o mesmo nos revelou a falta de medicamentos básicos e fundamentais para casos de urgências e emergências.

Figura 13 . Centro de Saúde.



Fonte: A própria autora.

A comunidade é provida de uma mini estação de água potável (figura 14) mantida pela Central de Abastecimento de Água e Esgoto do Amapá . CAESA. A fonte de abastecimento é o próprio Rio Pedreira. Este serviço é essencial para a qualidade de vida da comunidade. Observamos que a estação de água atende somente a Vila do Lontra, as casas mais distantes ou do lado direito do Rio não usufruem deste serviço, geralmente, acondicionam a água em caixas d'água, abastecidas pelo Rio Pedreira por meio de motores apropriados (bomba d'água centrífuga).

A comunidade é provida de energia elétrica, fornecida pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). Nesta mesma vila encontra-se localizada a Associação Comunitária do Lontra (ACL), implantada em 1991.

Figura 14 . Estação de água tratada.



Fonte: A própria autora.

A comunidade possui uma escola (figura 15), localizada na Vila do Lontra, que atende alunos do Ensino Fundamental de 6^a ao 9^a ano. Os alunos que

pretendem cursar o Ensino Médio terão que se deslocar para outras comunidades próximas ou para o centro urbano de Macapá.

O que mais nos chamou a atenção foi a localização geográfica da escola, que se encontra na Vila do Lontra com a frente voltada para a estrada e não para o Rio Pedreira, que é a referência de vida dos ribeirinhos. As próprias residências dos ribeirinhos estão voltadas para o rio. Não estamos aqui deixando de valorizar a importância da estrada, é fato que ela é imprescindível como via de deslocamento e escoamento da produção, apenas entendemos, durante a pesquisa, que o rio possui uma relevância fundamental no modo de vida da comunidade, não só como via de transporte, mas como um elemento fundamental para a reprodução de seu modo de vida, como visto anteriormente.

Figura 15 . Escola Nazaré da Pedreira.



Fonte: A própria autora.

Para os ribeirinhos estudantes que habitam em localidades distantes da vila é disponibilizado pelo Governo do Estado um barco escolar (figura 16) para o transporte dos alunos.

Na cidade os principais meios de transportes são os veículos que transitam por vias terrestres, no caso do Lontra da Pedreira são as canoas que se movimentam nas vias aquáticas.

É através da Vila do Lontra que é realizado o escoamento da produção dos ribeirinhos, os quais transportam sua mercadoria via fluvial até a vila e, por via terrestre pela rodovia AP 70 até as feiras do produtor. O transporte é fornecido pelo Estado.

Figura 16 . Barco escolar.



Fonte: A própria autora.

Quanto ao destino do lixo, existe um coletor na entrada da comunidade a disposição dos moradores para o depósito. Um dia na semana o veículo público arrecada para o destino final. Entretanto, o coletor não é suficiente para

comportar a quantidade de lixo produzido pelos moradores, o que gera depósito nas imediações, ficando a disposição de animais como os cachorros e urubus, que em busca de alimentos espalham o lixo pela vila.

Após investigarmos a infraestrutura pública proporcionada à comunidade, a qual está intrinsecamente relacionada à qualidade de vida desta população, entendemos que possuem a oferta dos serviços básicos, entretanto, ainda há a necessidade de melhoria dos mesmos, a exemplo da extensão da água potável para os moradores mais distantes, o atendimento para os alunos do Ensino Médio na escola, a melhoria do fornecimento de medicamentos para o posto de saúde e a melhoria do *contêiner* de acondicionamento do lixo.

4.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Durante a pesquisa bibliográfica não encontramos registros oficiais sobre a origem da comunidade do Lontra da Pedreira, o que foi extraída na pesquisa de campo por meio da história oral com os moradores mais antigos da região, os Senhores Santos e Moacir e a Senhora Bertolina, os quais residem há mais de 50 anos na localidade. As entrevistas foram transcritas e organizadas para se obter uma sequência lógica dos fatos e facilitar a compreensão do leitor.

Dona Bertolina, é assim denominada pelos membros da comunidade, senhora respeitada por todos e conhecida como uma das moradoras mais antigas da comunidade. Foi uma fonte preciosa em nossa investigação por deter um profundo conhecimento da história do lugar e da tradição ribeirinha

O seu Santos, outra importante fonte viva de nossa pesquisa, foi um dos primeiros moradores da Vila do Lontra, por meio de seus depoimentos foi possível compreendermos a história dessa comunidade.

Apesar do Sr Moacir não ser um dos primeiros moradores da comunidade, ele sempre esteve a frente dos movimentos políticos como Presidente da Associação dos Moradores, portanto, possui relevante conhecimento sobre o desenvolvimento social e econômico desta população.

De acordo com os relatos da Sra. Bertolina (04/2013), a ocupação espacial do Lontra da Pedreira remonta a década de 1940, quando quatro famílias se estabeleceram no local, sendo três na margem direita do rio Pedreira e uma na

esquerda. O deslocamento era precário, o acesso a cidade de Macapá era apenas por via fluvial, o meio de transporte que possuíam eram as canoas a remo, impróprias para navegação à longa distância, por isso, se deslocavam para o centro da cidade só em casos de emergências, isso, quando os barcos maiores passavam pelo rio e os levavam.

Em entrevista concedida pelo Sr. Santos (04/2013), constatamos que a efetiva ocupação populacional iniciou na década de 1950, com um projeto de plantio de arroz na várzea por um morador da localidade de Ipixuna chamado de Manoel Torrinha, o qual trouxe para trabalhar na atividade agrícola um outro morador desta mesma localidade e sua família, no total perfaziam umas 10 pessoas.

Para aumentar esse contingente de trabalhadores também foram recrutadas mãos-de-obra de outras regiões próximas, como Pacuí e Anajás do Macoacoari. A experiência com a rizicultura teve pouca duração ocorrendo apenas uma plantação e colheita, em decorrência da dificuldade de escoamento e a falta de experiência com este tipo de cultivo

Com o fim do plantio, muitas famílias retornaram ao seu local de origem, permanecendo apenas uma família com dez membros. Com o passar do tempo, outras famílias imigraram para a área, vindos do Ipixuna e das ilhas do Pará, atraídos pelas atividades econômicas, primeiramente por causa da agricultura da banana e posterior pela implantação de empresas, as serrarias e as fábricas de palmito. Outro ponto de atração era pela facilidade da posse da terra.

Estes imigrantes, preferencialmente, construíram suas casas na margem esquerda, devido à maior proximidade do centro da cidade de Macapá em relação à margem direita, este fato originou a Vila do Lontra da Pedreira.

Até meados da década de 1980, os residentes do Lontra da Pedreira possuíam difícil acesso até o centro da cidade de Macapá, pois não havia ramal que ligasse a comunidade à estrada principal AP-70 (atualmente, Rodovia Alceu Paulo Ramos). O acesso era somente por meio da navegação pelo rio Pedreira, os membros da comunidade quase não visitavam a cidade.

De acordo com o Sr. Santos A base de sustentação era a extração vegetal e animal, o pomar, a pequena criação de animais domésticos e os produtos agrícolas cultivados no roçado. As técnicas de extração e produção

eram de forma tradicional. O açaí, o peixe, a caça e a farinha de mandioca eram a base alimentar. Quase todos os utensílios domésticos eram fabricados artesanalmente por eles e com o uso da matéria-prima extraída diretamente da natureza. Raros eram os produtos industrializados consumidos, só o tinham quando os comerciantes ambulantes (regatões) levavam até à comunidade (entrevista realizada por Rosana Farias em 04/2013).

Percebemos nesta entrevista que o universo do ribeirinho era o rio e a mata, estes eram os elementos essenciais para garantir as necessidades básicas de sobrevivência e a reprodução do modo de vida.

Ainda, sobre o pronunciamento do Sr. Santos, O movimento dos rios comandava a organização da comunidade, o momento de caçar, pescar e plantar estavam atrelados às marés. Há mais facilidade de capturar a caça quando as marés são altas deixando a terra imersa, por isso, os animais saem das tocas cheias de água para se abrigarem em lugares mais altos, eles também ficam mais lentos pelo fato do alagamento. Quanto à pesca, há mais facilidade quando a maré está baixa, isso facilita a tapagem do igarapé, quando está alta o peixe ultrapassa o cercado não se conseguindo capturá-lo (entrevista realizada por Rosana Farias em 04/2013).

A dinâmica do rio também influenciou o estilo das construções (figura 17), nas marés altas a água do rio ultrapassa seu leito, provocando inundações, por isso, suas casas são em forma de palafitas, simples, de madeira bruta, feita de troncos, amarrados por cipós, com poucas paredes, adentrando a mata, com a frente voltada para o rio, demonstrando a importância que este elemento tem em sua vida.

Loureiro (1992, pg.16) descreve que a vida na beira (do rio) corresponde uma profunda articulação com a natureza, sendo a água o elemento definidor da cultura dessas populações ribeirinhas.

O rio também possui um papel importante na agricultura, na época das enchentes ele irriga a plantação, também traz os nutrientes necessários para a fertilização do solo. Os principais produtos cultivados são a banana, a mandioca, as frutas e as hortaliças.

Figura 17: Tipo de construções de casas dos ribeirinhos



Fonte: A própria autora.

No final da década de 1960 intensifica-se o comércio dos regatões¹⁰ no Lontra da Pedreira, dando início a uma nova dinâmica socioeconômica estabelecida por esta atividade. De acordo com o Sr. Santos, esse comércio já era realizado desde a existência dos primeiros moradores, entretanto, como era uma população bem pequena, os regatões priorizavam as comunidades com um maior número de pessoas. Com o aumento de residências no local, os comerciantes passaram a visitá-los com mais frequência, aumentando assim a comercialização (entrevista realizada por Rosana Farias em 04/2013).

4.3 O PAPEL DOS REGATÕES NO MODO DE VIDA E NA TERRITORIALIDADE DOS RIBEIRINHOS

De acordo com os senhores Santos e Moacir, até o início da década de 1980 a região da Pedreira caracterizava-se por ser uma das maiores produtoras

¹⁰ Barco conhecido como vendedor ambulante, o mascate dos rios amazônicos, (LOUREIRO, 1992, p. 24). O abastecimento de víveres na região amazônica desde os tempos coloniais, de maneira geral, era realizado por via fluvial e tinha a participação importante dos regatões (COSTA, 2008, pg. 16).

de banana, entretanto, as comunidades enfrentavam o problema quanto ao escoamento da produção, no caso específico do Lontra, foram causados por dois principais fatores: a carência de canoas de médio e grande porte para transportar a mercadoria e a falta de estradas que ligasse a comunidade com o centro da capital.

Tendo em vista essas problemáticas, não só no Lontra da Pedreira, como também na maioria dos vilarejos que se localizavam à margem dos rios e tinham dificuldade ao acesso à capital, a produção dos ribeirinhos era comercializada por meio dos regatões (entrevista realizada por Rosana Farias em 04/2013).

De acordo com o Sr. Santos, os regatões proporcionaram aos ribeirinhos o acesso aos produtos industrializados, como os rádios à pilha, as panelas de alumínio, as ferragens em geral, material de pesca, principalmente, os produtos alimentícios como a açúcar, café e o sal. As mercadorias transitavam nas embarcações nos rios amazônicos. A base do sistema comercial era o escambo de mercadorias, a moeda era pouco utilizada. A reação dos ribeirinhos era de completa alegria e satisfação com a chegada dos regatões, pois estes traziam as novidades dos produtos da cidade (entrevista realizada por Rosana Farias em 04/2013).

Os regatões eram o único vínculo destes ribeirinhos com a cultura urbana e que, principalmente os jovens ficavam ansiosos pela chegada de produtos de beleza como o extrato (perfume), o pó (talco), a navalha (instrumento de barbear), a brilhantina, e outros dos (entrevista realizada por Rosana Farias em 04/2013).

A Sra. Antonia Freitas vivenciou a época dos regatões e fez questão de contar esta história.

Eu era mocinha, juntamente com outras colegas da região, era uma alegria total quando os regatões chegavam trazendo as novidades da cidade, o que mais nos interessava eram os produtos de beleza, os perfumes e os cortes para fazer roupas (Entrevista realizada por Rosana Farias, 2012).

O regateiro entrevistado nesta pesquisa, o Sr Manoel Lima, regateou pelo Rio Pedreira durante 20 anos, décadas de 1960 e 1970, revelou que trazia diversas mercadorias de Belém, Estado do Pará, e os comercializava nas rotas

pré-estabelecidas pelas vias fluviais em sua embarcação, primeiramente, movidas a velas, mais tarde a motor. Estabelecia um sistema de troca com os moradores, os produtos industrializados por produtos agrícolas e extrativos.

Observou-se que este comércio introduziu mudanças nos usos e costumes da comunidade, seus moradores passaram a utilizar com mais frequência os produtos industrializados. O hábito alimentar foi alterado com a introdução das iguarias como balas, biscoitos e refrigerantes, também ocorreu a substituição de utensílios domésticos artesanais, a exemplo das panelas de barro e das cuias, que foram aos poucos sendo substituídas pelas panelas de alumínio, tigelas, copos de plásticos e vidros.

De acordo com o Sr. Manoel Lima (11/2012), com o surgimento da praga da bananeira (*moko* - fungo que ataca a planta e provoca sua destruição), no início da década de 1980, os bananais da região da Pedreira foram dizimados, provocando a decadência do comércio agrícola da banana. Esse foi um momento difícil para a comunidade, se estabelecendo uma crise na economia da população local, a banana representava o principal produto de comercialização com os regatões.

Este fato, aliado a abertura do ramal ligando o Lontra a estrada principal, com isso facilitando o escoamento do produto via terrestre, além da inserção do primeiro comércio para vendas de bebidas e alimentos no local, o comércio regatista entrou em decadência (entrevista realizada por Rosana Farias em 11/2012).

Pode-se concluir que os regatões introduziram alguns traços da modernidade, ou seja, o consumo de produtos industrializados, estabelecendo uma diversificação alimentar, dos produtos naturais com os alimentos industrializados, os artefatos artesanais com os mecanizados.

4.4 A INSTALAÇÃO DE EMPRESAS MADEIREIRAS E PALMITEIRA

Após a crise da bananicultura, a dinâmica comercial na região intensificou-se e, em 1985, iniciou nova atividade econômica na área. As margens do rio Pedreira foram ocupadas por duas serrarias, com vistas a explorar e

beneficiar madeiras e por duas fábricas de palmito, cujo objetivo era o beneficiamento do produto extraído da palmeira do açai.

Em entrevista concedida pelo Sr. Moacir, essas indústrias ocasionaram impactos consideráveis de ordem ambiental que proporcionaram o quase desaparecimento de várias espécies madeireiras de valor comercial. Além disso, a falta de planejamento na extração do palmito do açai diminuiu a oferta de frutos para a própria população (entrevista realizada por Rosana Farias em 04/2013).

O Sr. Antônio Silva, empresário que manteve fábrica de palmito na área durante a década de 1980 até meados de 1990, revelou que as fábricas e serrarias instaladas no Lontra eram de pequeno porte, sua produção era limitada, portanto, não coube a elas impactos relevantes. O fornecimento da matéria-prima se estendeu a outras áreas. Esta informação foi confirmada na entrevista do Sr. Moacir, o que leva a crer que o aprofundamento da degradação ambiental foi provocado pela intensa atividade exploratória para atender não só a demanda da indústria local, mas de toda a região (entrevista realizada por Rosana Farias em 04/2013).

Quanto aos rejeitos das fábricas e serrarias (restos de madeira, cascalho e capas do palmito), que geralmente tinham seu destino nos rios e igarapés da Amazônia, no caso específico do Lontra, de acordo com o Sr. Antônio (11/2012), esses rejeitos não tinham este destino final, ~~as~~ sobras eram reaproveitadas pela comunidade, no caso da madeira servia para a produção do carvão e para a utilização no fogão à lenha, os rejeitos de palmito serviam de alimentos para os porcos ou eram jogados atrás das fábricas, com o passar do tempo se misturaram com a terra compondo o solo.

Os problemas ambientais na área não se limitavam apenas aos causados pelas indústrias. Estudos realizados pelo Instituto de Estudos Socioambientais - IESA (1997) apontaram outras problemáticas provocadas pela transformação de áreas da floresta nativa em capoeiras¹¹ em consequência do manejo agrícola inadequado, caracterizado pela redução no tempo de pousio entre um plantio e outro, também a redução dos recursos pesqueiros e de caça devido à exploração indiscriminada.

¹¹ Denominação dada à áreas que foram submetidas a agriculturas de forma tradicional, ou seja, através do desmatamento-queimada-plantio-cultivo-abandono. Ao período de abandono, quando a área tenta se estabelecer naturalmente é denominado de capoeira (IESA, 2001, pg. 8).

No que se referem aos efeitos socioeconômicos, as empresas abriram oportunidades de trabalho nas fábricas e serrarias para para a comunidade. Outra forma de envolvê-los no processo de produção foi como fornecedores de matérias-primas (madeira e palmito) para as indústrias.

De acordo com o Sr. Antônio Silva (11/2012),

A maior parte da mão-de-obra era recrutada de outras localidades, poucos eram da comunidade, porém, outros membros da comunidade se dedicavam a retirada de madeira e palmito para fornecer para as indústrias, dentro dessa organização a comunidade passou a se dedicar quase que em tempo integral às fábricas, com isso, a agricultura, a caça e a pesca, que eram praticadas diariamente como garantia de subsistência, passaram a representar atividades esporádicas. Sua sobrevivência ficou garantida quase que exclusivamente pelos salários que a família recebia.

A dependência salarial e a crise das atividades de subsistência se intensificaram no ano de 1987 com a construção do ramal que liga a vila com a estrada AP-70, facilitando o acesso a Macapá e estreitando o contato da comunidade com a cidade. Segundo o Sr. Moacir (04/2013), os habitantes da região passaram a frequentá-la constantemente e com o salário passaram a usufruir, cada vez mais, dos bens e serviços por ela fornecidos.

Grande parte dos salários recebidos era destinada à aquisição de produtos industrializados, como os enlatados e os engarrafados, ocorrendo mudanças substanciais no modo de vida da população. Os alimentos que antes, quase que na sua totalidade, eram extraídos dos recursos naturais, passaram a ser adquiridos, na sua maioria, por meio da compra na cidade.

Ressalta-se que essas mudanças de hábitos, usos e costumes aprofundaram-se, mais ainda, quando surgiram comerciantes que montaram nas margens dos rios pequenos comércios. A lógica do mercado inaugurou uma nova realidade dentro da comunidade, ou seja, com a exposição de produtos industrializados a utilização da moeda tornou-se mais necessária e, conseqüentemente, os ribeirinhos aumentaram a retirada desenfreada dos recursos naturais destinados a sua comercialização com o objetivo de geração de renda para o consumo de mercadorias. (Sr. Santos, em 04/2013),

Observa-se a mudança de concepção da comunidade em relação ao ambiente, os elementos naturais concebidos como condição para a sobrevivência,

agora, concebidos como matérias-primas destinadas a aquisição da moeda para a compra de mercadorias, portanto, criando dependência ao mercado.

As indústrias mantiveram-se no local até meados da década de 1990. Dentre os fatos que corroboraram para a decadência destes empreendimentos e a retirada dos mesmos da área encontram-se as exigências ambientais de ordem nacional e local, como: o reflorestamento, o manejo florestal, o relatório de impacto ambiental (RIMA) e a fiscalização intensa na região por órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente . SEMA, (Sr. ANTÔNIO SILVA, em 11/2012),

Outro fator propulsor da saída dos empreendimentos partiu da própria comunidade que, ainda na década de 1980, por meio de alguns de seus membros, a exemplo do Senhor Moacir (Presidente da Comunidade), que militava e participava do sindicato dos produtores rurais, começou a questionar a forma de desenvolvimento econômico da área e almejava por um novo modelo socioeconômico dentro de uma maneira menos degradante dos recursos naturais. Com isso, houve tímidas pressões por parte de alguns moradores com relação aos empresários. Esse fato juntamente com a pressão exercida pelo poder público causou a retirada dos empreendimentos da comunidade. (Sr. MOACIR, em 04/2013),

Com a saída das indústrias, muitas famílias de trabalhadores, que se instalaram na área para compor o quadro de funcionários, fixaram moradia. Entretanto, alguns ribeirinhos natos, já acostumados com o trabalho assalariado, migraram para a cidade em busca de emprego e melhores condições de vida. . (Sr. MOACIR, em 04/2013),

Estudos realizados nesta área por Farias (2010) demonstraram que a emigração representou um fator de grande contribuição para a ruptura dos valores socioculturais de muitos membros da comunidade, principalmente os jovens.

O levantamento de dados realizado por esta autora revelou que até o início da década de 1990 essa comunidade tinha uma população de 440 habitantes, em 2010 a população era de 275, a perda foi em torno de 165 moradores, em média de 3 pessoas por família, sendo que 157 por migração e 8 por falecimento.

Ainda se apropriando da análise de Farias (2010), a saída das pequenas indústrias de madeira e de palmito da área causou desemprego e a falta de expectativa quanto à opção de trabalho na comunidade que apresentava, quase que exclusivamente, as atividades primárias como alternativas de trabalho e geração de renda. Este fato aliado à restrição quanto à escolaridade oferecida na comunidade da 1ª a 4ª série e pelas outras escolas do distrito, apenas, do 1ª a 8ª séries, foram fatores que colaboraram fortemente para a emigração.

O principal local da imigração foi a zona urbana de Macapá. Atribui-se este fato por estar mais próximo da comunidade, podendo facilitar o contato com a família (FARIAS, 2010).

Em 2012 a comunidade apresenta uma população de 315 moradores, obteve um aumento de 40 pessoas. Observou-se na pesquisa de campo que este contingente ocorreu em decorrência dos nascimentos e casamentos de membros da comunidade com os de outras localidades que fixaram residência neste local. É comum os pais cederem uma parte de seus terrenos para os filhos que casam construir suas casas. Detectou-se a formação de vilas familiares ao longo do rio Pedreira.

Apesar da emigração não houve a perda total do contato com a comunidade, a maioria a visita esporadicamente no período de férias ou finais de semana, entretanto, atividades como extrair o açaí, cuidar da plantação, caçar e outras tradições desenvolvidas pela comunidade deixaram de ser realizadas pelos emigrantes (FARIAS, 2010).

4.5 OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nova dinâmica comercial ocorreu na área com a criação das feiras do produtor na cidade de Macapá no ano de 1985 pelo Governo do Estado. De acordo com o Sr Moacir (04/2013), o principal objetivo era que o próprio agricultor negociasse sua produção diretamente com o consumidor, sendo que o transporte da produção também foi disponibilizado. Diante disso, as atividades agrícolas e extrativistas foram novamente priorizadas pela comunidade por causa da expectativa de comercialização nas feiras.

Diversos produtos agrícolas e extrativos passaram a ser negociados diretamente nas feiras do produtor. De posse da moeda os moradores adquiriam os produtos na cidade (SR. Moacir, em 04/2013, intensificando o uso de bens considerados eminentemente urbanos.

Diante disso, o contato direto com a cultura urbana influenciou o modo de vida da comunidade, que passou a valorar os padrões de consumo da cidade e a considerar insuficientes os recursos de sobrevivência oferecidos pela natureza.

Foi na década de 1990 que a comunidade recebeu do Estado o aparato infraestrutural. Foram inaugurados a transmissão de energia elétrica, mini-estação de água encanada, posto de saúde e centro comunitário na Vila do Lontra.

Estes empreendimentos surtiram efeitos sobre o modo de vida dos ribeirinhos, os quais passaram a adequar traços da modernidade com a vida tradicional, trocaram os potes de barro pelas geladeiras elétricas; os rádios à pilha pelas televisões; o vinho do açaí extraído de forma manual passou a ser feito em batedeiras elétricas; as caixas de sons passaram a ser mais usadas do que os rádios a pilhas; as noites iluminadas com as lamparinas, velas e lampiões, passaram a ser iluminadas pelas lâmpadas elétricas; o ferro de brasa foi substituído pelo elétrico; o fogão à lenha pelo fogão a gás; o hábito alimentar à base da carne fresca foi sendo substituído pela congelada, enlatados e embutidos.

Rosana Farias (2012) . a alimentação de vocês mudou depois da chegada da energia elétrica com o uso das geladeiras e com os comércios na comunidade?

Entrevistado D . %mudou muito, antes nós só comia carne de caça e peixe fresco ou salgado, o açaí com a farinha, agente comia muito chibé, o café da manhã era com bolinho de farinha ou o café com a farinha dentro. Agora nós come a carne e o frango congelado que a gente compra no comércio, a gente também come muita sardinha e carne de lata e mortadela+

Entrevistado E.. %Nós comia muito peixe e caça, os frangos e os porcos que agente criava no quintal, agora nem vale apenas a criação, agente compra tudo no comércio da cidade ou aqui mesmo no Lontra. Antes dificilmente agente tomava refrigerante ou comia biscoitos, agora nossos filhos merendam refrigerante

com biscoito. A gente come muita coisa de lata, a sardinha a carne, a calabresa e a mortadela+.

Algo que ficou bem evidente durante a pesquisa foi em relação a mudanças radicais no hábito alimentar da comunidade, antes, basicamente os alimentos consumidos eram a carne de caça e pescados frescos ou salgados, frangos, porcos e patos criados no quintal, o açaí e a farinha de mandioca, estes produtos foram sendo preteridos por produtos industrializados, ou seja, as carnes congeladas, principalmente, frango e de gado, os embutidos como as calabresas e as mortadelas e, principalmente os enlatados e o consumo de biscoitos, balas e refrigerantes.

Observou-se que, com exceção do açaí com a farinha de mandioca, as caças e pescados não são mais a base da alimentação diária, estas se tornaram esporádicas, houve uma diversificação alimentar com a inclusão de maior número de itens industrializados.

Rosana Farias (2012) . A vida de vocês melhorou ou piorou com a chegada da energia, dos produtos industrializados como a geladeira, os alimentos congelados, e outros produtos?

Entrevistado F . %há minha mana a vida era muito difícil, a gente via no breu, sem água gelada e sem a televisão, a gente só se alimentavam quando caçava e pescava, agora é mais fácil, é só comprar. Sabe mana, que as vezes sinto fartada vida tranquila que agente tinha aqui, sem muito barulho e com pouca gente+ (Entrevistado Sr Manoel, por Rosana Farias em 20/10/2012).

Entrevistado E . %hoje nós não saberia mais viver sem a energia, tudo ficou mais fácil pra nós, nós assiste as novelas que a gente gosta e os pogramas, o problema é que vieram muitas pessoas pra cá, no final de semana nossa vida é um inferno de tanta gente no rio correndo nas canoas. O barulho da musicas é muito grande ninguém consegue descansar em paz+.

Com as novas mudanças proporcionadas pelo fornecimento de energia elétrica, os moradores reconhecem que em parte houve melhoria da qualidade de vida da comunidade, principalmente, no que diz respeito ao acesso aos meios de comunicação e o acondicionamento dos alimentos, porém, a agitação trazida pelo

barulho dos aparelhos de sonorização, o trânsito intenso de canoas e a agitação provocada pelas pessoas proporcionaram a intranquilidade dos moradores.

4.5.1 O Projeto Lontra e o modo de vida da comunidade do Lontra da Pedreira

Diante dos problemas de ordem social, econômica e ambiental, visando reunir forças no sentido de enfrentá-los e também objetivando a aquisição de infraestrutura para a comunidade, por iniciativa dos próprios moradores, em 21 de junho de 1992, foi fundada a Associação Comunitária do Lontra (ACL), com sede na própria localidade. Essa foi uma das formas de demonstrar o interesse em se manter enquanto unidade social e política e de demonstrar resistência quanto às mudanças ameaçadoras no modo de vida e da territorialidade.

A atuação dessa associação demonstra operância quando busca parcerias junto aos órgãos públicos quanto à aquisição de infraestrutura por meio do fornecimento de serviços públicos. Assim como a obtenção de políticas públicas governamentais, a exemplo da conquista da implantação do Projeto Lontra.

O Projeto Lontra foi desenvolvido pelo PDSA por meio do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e da ACL, iniciado em maio de 1997 no Vale do Rio Pedreira, sendo que o órgão executor foi o IESA¹².

De acordo com o IESA (1997, pg. 6) o objetivo geral do projeto foi o de

implementar o desenvolvimento participativo e sustentável, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, detendo as alterações ambientais que ocorrem na comunidade do Lontra da Pedreira, pela adoção de tecnologia alternativas de recuperação e aproveitamento das áreas degradadas, além do beneficiamento de parte da produção, visando geração de renda.

Os objetivos específicos determinados no projeto foram:

explorar racionalmente os recursos madeireiros e não-madeireiros; implantar sistemas agrossilvipastoris e incentivar o beneficiamento da produção; preservar a área de procriação de várias espécies conhecida como "inhal"; organizar resultados do sub-projeto para divulgação e proposição em políticas públicas (IESA, 1997, pg 6).

¹² Todas as informações contidas nesta dissertação sobre a atuação do Projeto Lontra foram retiradas do Relatório Final apresentado pelo Instituto de Estudos Socioambiental ó IESA em 1997.

Diante dessas proposições o IESA iniciou a execução do projeto. Foram realizados três encontros com moradores da comunidade com a finalidade de diagnosticar os principais problemas, dentre eles foram relatados: carências na área de saúde e educação, ausência de políticas públicas relativas às questões ambientais, principalmente controle, fiscalização e proteção; carência infra-estrutural; problemas quanto à produção, o escoamento, o transporte e o mercado.

A partir do diagnóstico, o IESA desenvolveu várias ações, dentre elas estão as representadas no quadro abaixo:

Quadro 05: atividades executadas pelo projeto Lontra

Atividades	Objetivos
Implantação de 3 Unidades demonstrativas (UD ϕ) de manejo de açaçais (3 ha).	Incentivar os produtores a implantar ou aumentar a área de açaçais
Implantação de 4 UD ϕ s de sistema agroflorestais (SAF ϕ) (4 ha),	Incentivar os produtores a desenvolver agricultura com menos impacto ambiental. Em substituição ao plantio de roçado-queimad-pousio.
Implantação de 4 UD ϕ s apícolas	Introduzir nova atividade econômica na área visando a geração/aumento de renda familiar
Implantação de 3 UD ϕ , de tanque de piscicultura	Introduzir nova atividade econômica na área visando a geração/aumento de renda familiar e evitar a pesca predatória
Construção de uma sede própria em alvenaria para a Associação da Comunidade do Lontra	Fixação de endereço referência da ACL
Inventário faunístico da área denominada NINHAL	Conhecimento e conservação da biodiversidade local
Curso e elaboração de uma cartilha em educação ambiental	Despertar nos moradores a conscientização sobre a conservação do ambiente

Fonte: IESA, 2001. Org. a própria autora.

De acordo com o Sr. Moacir (04/2013), Presidente da ACL e que acompanhou toda a execução do projeto:

Muitos empreendimentos não prosperaram pelo fato de não haver o monitoramento e o incentivo financeiro por parte dos órgãos governamentais, porém, os resultados do projeto foram mais de ordem educativo e principalmente ambiental, a comunidade passou a se preocupar mais com a conservação do ambiente. O projeto também foi importante porque os moradores participaram de treinamentos para aprender técnicas de cultivo, de criação de peixes e abelhas. Acho que o mais importante do projeto foi a conscientização da comunidade em relação à natureza.

Outro experimento realizado pelo IESA na comunidade foi o desenvolvimento da piscicultura (figura 18), objetivando diminuir a forma tradicional de pesca e de caráter predatória, além de proporcionar outra fonte de renda para os moradores da comunidade.

Rosana Farias (2012) . O Projeto Lontra foi importante para vocês, aumentou a renda familiar, que benefícios o Projeto trouxe para a comunidade?

Sr Santos, %na verdade muitos não souberam usar o recurso do projeto, mas aprendi a técnica da criação de peixe e até hoje mantenho uma pequena criação, isso ajuda na renda familiar+.

Sr. M. C . %não recebi nenhum dinheiro do Projeto, alguns moradores receberam, foram poucos, mas foi muito importante para minha família aprender a criar abelhas, tenho uma pequena criação e vendo o mel na cidade. Não gostei da forma como eles nos ensinaram a plantar, agente não pode mais plantar na beira do rio, porque desmata agente tem que plantar na mata dentro, isso é ruim porque nossa mata é muito emaranhada e a plantação logo fica coberta de mata, além do que fica muito longe da beira do rio pra gente carregar o produto, dá mais trabalho e esforço+.

Figura 18: Tanque de piscicultura desenvolvido por um membro da comunidade



Fonte: A própria autora.

De acordo com o Sr. Moacir, ao término do projeto, no ano 2000, a população local não obteve nenhum acompanhamento dos órgãos governamentais no sentido de dar continuidade as atividades econômicas e sociais. Pela falta de incentivo financeiro muitas atividades como a piscicultura e a apicultura deixaram de ser desenvolvidas por muitos moradores.

O mais importante para a comunidade é o incentivo dos governantes no desenvolvimento das atividades tradicionais, já exercidas por eles, como a comercialização do açaí e a agricultura familiar, podendo agregar valores como a fabricação de polpas (entrevista realizada por Rosana Farias em 20/10/2012).

4.6 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E DA SEGUNDA RESIDÊNCIA

A partir da década de 1990, essa área tornou-se atração de turistas e ocupação pela segunda moradia, o Lontra se transformou em um dos refúgios de muitos moradores urbanos. Os turistas visitam a localidade no final de semana para aproveitarem o banho de rio e a beleza da paisagem. Os turistas de segunda residência construíram pequenos sítios ou adquiriram casa ao longo do rio para passarem o final de semana e os períodos de férias, com isso, surge nova dinâmica socioeconômica na área.

A atividade turística foi impulsionada pelos seguintes fatores: beleza paisagística, infraestrutura de energia, água e via de transporte, além da proximidade com o centro urbano de Macapá. A figura abaixo apresenta a principal área do balneário onde concentra o maior número de turistas. A instalação do balneário no que se refere a rampa de banho e os sombrinheiros, ambos confeccionados de madeira, foram construídos e são mantidos pelo Governo do Estado. Quanto aos bares e restaurantes, são de responsabilidade dos proprietários privados.

Figura 19: Balneário do Lontra em frente do Rio Pedreira.



Fonte: A própria autora.

Quando questionamos os moradores sobre a atividade turística na comunidade obtivemos os seguintes depoimentos:

Rosana Farias 2012) . O que você acha da atividade do turismo na comunidade?

Entrevistado E . ~~Os~~ turistas sujam o rio, eles jogam lixo e restos de comida, as pontas de cigarro até sacos plásticos e latas+.

Entrevistado F. ~~Os~~ turistas jogam toda a sujeira no rio ou no chão, fica uma imundice, houve um tempo que apareceu muitas piranhas (Tygocentrus nattereri), nos ficava com medo de tomar banho, depois disso, o povo ficou com medo e parou de jogar lixo no rio, as piranhas sumiram+.

Entrevistado C . ~~Por~~ um lado é bom porque eles trazem mais alegria pra comunidade, mas eles sujam e as vezes fazem muito barulho, também fica muito cheio de carro, tudo mal organizado, já até aconteceu de bater alguém aqui, mais não era morador era outro turista. Falta organizar melhor o turismo+.

Observa-se por meio destes relatos que a comunidade aceita a atividade turística na comunidade, porém não há um órgão fiscalizador ou de

monitoramento ou que organize a atividade de forma que possa conter os prejuízos ambientais relatados.

Com o estabelecimento do projeto Lontra foram realizados alguns eventos de Educação Ambiental informal no sentido de conscientizar os turistas em relação à conservação do ambiente, também se estabeleceram algumas medidas como a instalação de lixeira pública, estas medidas minimizaram o problema, mais não sanaram. Observa-se que os turistas ainda apresentam um comportamento inadequado em relação ao ambiente, continuam depositando o lixo no rio e no espaço terrestre da comunidade (figura 20)

Figura 20: lixo depositado inadequadamente na vila do Lontra



Fonte: A própria autora.

Quanto aos moradores da comunidade se observa que se preocupam mais em conservar o ambiente, acondicionam o lixo que produzem e despejam na lixeira, não se detectou lixo ao redor da moradia. Quanto aos que possuem uma segunda residência na comunidade, apresentam o mesmo comportamento dos moradores.

Em relação à geração de renda da atividade turística na comunidade se obteve as seguintes informações:

Rosana Farias (2012) . a atividade do turismo na comunidade contribui para o aumento da renda dos moradores (de que forma)?

Sr. Moacir . %em dúvida nenhuma esta atividade proporcionou o aumento das vendas no comércio local, mas muito abaixo das expectativas da comunidade. Grande parte dos veranistas que adquiriu casa na comunidade, trazem tudo de fora, a comida e a bebida, quase não compram nada no comércio local. Os banistas do final de semana é que consomem a nossa mercadoria e usam os restaurantes. É uma atividade que não gera nenhum emprego+

Entrevistado F . %ontribui sim, a gente vende pra eles o açaí, o peixe e as frutas, isso ajuda um pouco. Agente também aluga as nossas canoas para o passeio dos turistas no rio. Não tem ninguém aqui que esteja trabalhando no turismo para receber salário+

Em relação à geração de renda da atividade turística para a comunidade é perceptível que ainda é insipiente, atrelamos este fato a falta de incentivos por parte dos órgãos governamentais que poderiam, por meio de projetos, organizar esta atividade no sentido de melhorar a participação dos moradores. O próprio balneário necessita de maior infraestrutura para recepcionar os turistas, a exemplo dos restaurantes e do local para o banho.

Rosana Farias (2012) . como é a participação dos turistas que possuem casa na comunidade na vida cotidiana de vocês?

Sr. Moacir . %ão há essa participação, a casa deles fica mais tempo fechada, eles só vêm para cá nos finais de semana, feriados e férias, eles não participam de nossas causas políticas e nem das questões relacionadas à comunidade, mas eles usufruem dos benefícios conquistados pelas ações da comunidade, no entanto, não participam das atividades sociopolíticas que levam a essas conquistas+

A ocupação do espaço por banhistas e os de segunda residência se intensificou nas duas últimas décadas. De acordo com o Seu Santos até 1980 a área era ocupada, com exceção de duas casas de veranistas, pelas moradias ribeirinhas. A partir de 1990, apresenta maior número de casas de veranistas (57) e menor número de casas ribeirinhas (45). Ressalta-se que não há dados oficiais do número de residências na década de 1980.

Muitos moradores que habitavam na vila, em detrimento da valorização do espaço, venderam suas casas para o veranista se instalando em locais mais distantes da vila, provocando dificuldades no deslocamento e escoamento da produção, ou se mudando para Macapá. Alguns que possuíam grandes lotes de terras, venderam parte, ficando com espaços reduzidos para desenvolverem suas atividades de plantação, caça e pesca.

Rosana Farias (2012) . você conhece algum morador que vendeu sua casa ou seu terreno para os turistas? Qual o motivo da venda?

Sr. Santos . %au mesmo vendi dois lotes de terra. Vendi porque muita gente queria comprar, a procura era grande e, eu precisava do dinheiro, muitos que venderam, depois se arrependeram, ficaram com um espaço pequeno de terra para plantar. Também conheço muitos moradores que venderam foi logo a sua casa na vila e foram embora daqui morar na cidade, outros venderam a casa na vila e foram para os furos dos igarapés, mais longe da vila+.

Entrevistado G . %au vendi minha casa na vila e vim morar no meu roçado, por um lado foi bom, lá já estava enchendo muito de gente, muito barulho e violência no final de semana, o caso é que fiquei distante da vila, dificultou a minha ida para a cidade+.

Destaca-se que é característico do ribeirinho o uso de extensão de terra considerável para o desenvolvimento da atividade agrícola, extração vegetal e animal, os espaços da floresta e do rio fazem parte de sua identidade e do seu ambiente de sobrevivência. Percebe-se que a territorialidade do ribeirinho é construída a partir dos valores agregados ao seu espaço, quando ocorre a perda do seu território, ou parte dele, ele perde de forma significativa o seu referencial cultural, ou parte dele.

Veranistas e turistas de segunda residência transportam para a área seus usos e costumes urbanos e as tecnologias avançadas, o que estabelece dinâmica espacial antagônica entre este modo de vida com o dos ribeirinhos, a exemplo dos meios de transportes que transitam no rio, os barquinhos a remo ou as rabetas dos ribeirinhos cruzam-se com as motos aquáticas (*Jets Skis*) e com as voadeiras dos turistas. Também se evidencia que o espaço de moradia do ribeirinho se tornou o espaço de recreação dos turistas.

Estas e outras mudanças puderam ser constatadas por meio das seguintes entrevistas com a população residente:

Rosana Farias (2012) . como era a vida dos moradores do Lontra, antes da chegada dos turistas e dos moradores da cidade (segunda residência)?

Entrevistado H . nós só usava a canoa a remo pra tudo dentro dos rios, não tinham essas casas bonitas, de tijolo, todas pintadas, as casas eram todas de madeira, quase todas sem pintura, do jeito que vinha da mata cortava e fazia a casa, bem alta, por causa da maré que entra na terra, a maior parte das casas nem tinham paredes. Era muito silêncio, agente escutava os pássaros gritarem lá dentro da mata.

Entrevistado F . % gente tinha mais tranqüilidade, as casas nem tinham porta e, quando tinham, agente nem se preocupava em fechar, agora agente vive de olho para não ser roubado+.

Entrevistado G . % gente conhecia todos os moradores, todo mundo se dava com todo mundo, agora agente sempre se depara com pessoas estranhas que ficam transitando pela comunidade, principalmente, no final de semana, agente quase não consegue dormir de tanto barulho, os turistas ficam até de madrugada navegando no rio, as vezes estão bêbados e passam na porta de nossas casas gritando+.

Rosana Farias (2012) . como é a vida dos moradores do Lontra, depois da chegada dos turistas e dos moradores da cidade (segunda residência)?

Entrevistado I. . há, agora tudo mudou, são muitos tipos de canoas no rio de um lado pro outro o dia todo, as musicas não param dia e noite, que vê final de semana, agente não têm forga. Sabe, antigamente, a gente podia inté escutar o canto dos pássaros na mata, inté o sopro dos vento e o barulho das água, hoje não dá mais. O peor é o banzeiro que as canoas faz, quebrando as terras.

Entrevistado C . %into muito, quando a comunidade era só nossa, agente vivia mais tranquilo, hoje tem roubo, briga, por causa da bebida. Tenho medo que nossos filhos nadem para longe e, que uma canoa dessas passe por cima deles+.

Após entrevistas destes moradores, observarmos com mais cautela a configuração socioespacial do lugar, a contradição é evidente entre o meio de transporte do ribeirinho, a canoa a remo ou a rabeta (figura 21), e o transporte de lazer dos turistas, a voadeira e as motos aquáticas.

Figura 21: Rabeta . meio de transporte do ribeirinho



Fonte: A própria autora.

Não é difícil identificar a casa do ribeirinho (figura 22) com todas as suas características, casa simples de madeira, muitas ainda em madeira bruta, sem muita pintura e decoração, enquanto que a do turista (figura 23) apresenta uma arquitetura com características urbana, casas bem delineadas e varandadas, bem fechadas e seguras, algumas de alvenaria, pintadas com cores chamativas.

Figura 22: Tipo de moradia do Ribeirinho



Fonte: A própria autora.

Figura 23: Tipo de moradia dos turistas de segunda residência



Fonte: A própria autora.

Passamos dois finais de semana em atividades de pesquisa em campo observando a dinâmica da atividade turística na área (sábado e domingo), comparando com os dias de semana (segunda a sexta), é significativa a mudança. Os moradores de segunda residência começam a chegar na sexta-feira, a partir das 18:00 horas, a vila começa a receber grande número de pessoas e de carros estacionados, todos de forma aleatória sem nenhuma organização. As voadeiras e motos aquáticas transitam nos rios em alta velocidade elevando as águas dos rios que se chocam com as margens provocando o fenômeno das terras caídas. Os sons dos carros, restaurantes e das casas dos veranistas são tão altos que não se consegue definir os tipos de músicas, apenas os ruídos.

Em entrevistas realizadas com os turistas que frequentam o balneário no final de semana, obtivemos os seguintes resultados:

Rosana Farias (2012) . o que os atraem para esse balneário do Lontra da Pedreira?

Entrevistado K . o banho de rio, o peixe frito com açaí, a paisagem é muito bonita, a gente passeia de barco pelos igarapés, é um lazer que a gente proporciona para a família.

Entrevistado L . é um lugar bonito, não é muito longe da cidade, a estrada é asfaltada, aqui tem muito divertimento, as crianças gostam do banho no rio, do passeio nos igarapés.

Entrevistado M . esse balneário tem tudo o que a gente precisa, o banho de rio, a comida dos restaurantes é boa, as crianças gostam muito de vim pra cá. Todo final de semana nós estamos aqui.

Depreendem-se destas entrevistas que a atração pelo local para o turismo nos finais de semana está relacionado à beleza paisagística . o rio e a floresta representam a beleza natural do lugar (figura 24), a proximidade do Lontra do centro de Macapá, e as atividades de lazer como o banho de rio e os passeios nos igarapés.

Figura 24: Rio Pedreira margeado por florestas



Fonte: A própria autora.

Os turistas também foram questionados sobre a relação com os ribeirinhos:

Rosana Farias (2012) . qual a relação de vocês com os moradores da comunidade (os ribeirinhos), a forma de tratamento e, se há alguma relação econômica?

Entrevistado k . eles são muito receptivos. A gente compra bebida e comida nos restaurantes deles. Eles sempre vêm oferecer peixe fresco, açaí e frutas, principalmente, os cachos de banana, a gente compra para levar.

Entrevistado L . a gente se trata com muito respeito, eu nunca vi nenhuma briga entre os frequentadores com os moradores. A relação econômica que a gente tem com eles é que agente compra os produtos deles, aluga as canoas para o passeio de rio e compra as coisas nos bares e restaurantes, não tudo, algumas coisas a gente trás de casa.

Entrevistado M . eu gosto muito deles, eles nos tratam com educação. A gente não compra muita coisa no local porque é mais caro, geralmente, agente trás um isopor com bebida e a comida, mas o que falta a gente compra deles. Quando eles nos oferecem frutas e açaí batido a gente compra, a gente também faz passeio de barco e paga para eles.

No sábado, poucos turistas frequentam o balneário, no domingo a frequência se torna intensa, os turistas escolhem um restaurante para se abrigarem, se alimentarem e tomarem banho. Observamos os turistas alugando canoas dos ribeirinhos para passearem no rio, também constatamos a venda de produtos, como frutas e pescados da produção local para os turistas, o que nos leva a crer que há uma relação de mercado entre o turista e o ribeirinho.

Também questionamos sobre o destino do lixo e a infraestrutura do balneário:

Rosana Farias (2012) . O que vocês acham da infraestrutura do balneário e da situação do lixo na comunidade, muitos turistas jogam lixo no rio e no chão (acúmulo, sujeira e mau acondicionamento)?

Entrevistado k . falta mais educação para os banhistas, eu e minha família, nós não jogamos, mas a gente sempre vê os outros jogarem, até garrafas de refrigerantes, sacos plásticos e latas no chão e no rio. Falta melhorar muito o lugar do balneário, é muito pequeno pra muita gente. Não tem lugar para estacionar, fica um carro trancando o outro é a maior confusão. Os restaurantes precisam ser mais bonitos e limpos, dá uma impressão de sujeira, as vezes ficamos com medo de comer aqui.

Entrevistado L . o governo podia melhorar mais a infraestrutura do balneário, principalmente, a rampa do banho, muitas estão desabando, é até perigoso algum acidente. Não tem ninguém pra comandar o transito dos *jets skis* e das voadeiras que passam em alta velocidade no rio, isso pode provocar algum acidente. Sobre o lixo, o povo é muito mal educado, precisava de alguém para multar esse pessoal que joga lixo no chão e no rio, também não tem lixeiras espalhadas pelo balneário.

Entrevistado M . falta muita coisa no balneário, melhorar a comida dos restaurantes, colocar lixeiras, melhorar a rampa do banho, melhorar o estacionamento, nós não temos segurança, porque não ficam salva-vidas, se alguém se afogar não tem quem salve. O pior é o trânsito de canoas no rio, alguém pode se machucar, que eu saiba o posto de saúde daqui não tem nada, nem funciona.

Ao entrevistarmos os turistas de segunda residência sobre a atração pelo local e a aquisição do lote de terra ou da casa, se obteve os seguintes resultados:

Rosana Farias (2012) . porque você decidiu por uma segunda residência no Lontra da Pedreira, o que o atraiu? Como você conseguiu comprar uma casa no local?

Entrevistado N . o dia-dia na cidade é muito estressante, então no final de semana nós precisamos de um lugar que agente tem contato direto com a natureza. A atração pelo local é a beleza da natureza, o rio e a floresta. Nós compramos a casa de um morador da vila.

Entrevistado O . esse lugar é maravilhoso, é pura natureza, por isso decidimos ter uma casa aqui para o lazer nos finais de semana. Ficamos sabendo que um morador estava vendendo pedaços de terreno, entramos em contato com ele e compramos, depois construímos a casa.

Entrevistado P - é melhor termos uma casa aqui, assim temos mais comodidade do que vimos em um mesmo dia e voltarmos, aqui tem toda infraestrutura que precisamos, tem energia elétrica, água encanada, além do que fica próximo de Macapá. É um lugar lindo. Nós compramos o terreno de um morador e construímos a casa.

Entrevistado Q . eu e minha família adoramos esse lugar, tem uma beleza natural sem igual, principalmente, quando entramos nos igarapés e ficamos em contato direto com a mata. Aqui nós temos a infraestrutura necessária para manter uma casa, água e luz. Adquirimos a casa de um morador da vila, depois reformamos toda.

Ao questionarmos sobre a relação deles com os moradores da comunidade, se obteve os seguintes resultados:

Rosana Farias (2012) . qual a relação de vocês com os moradores da comunidade (os ribeirinhos), a forma de tratamento e, se há alguma relação econômica?

Entrevistado N . a nossa relação é de respeito, um não incomoda o outro, cada um na sua casa, as vezes eles reclamam dos sons altos, mas os próprios moradores da comunidade colocam som alto. Na verdade a gente não compra muita coisa deles, porque agente traz tudo de casa, o que a gente mais compra é o açaí batido e as frutas, também quando a gente chega na beira do rio eles transportam agente de ida e volta para a casa que fica do outro lado do rio, a gente paga dez reais em cada volta.

Entrevistado O . nunca houve nenhum problema com os moradores daqui, nos os tratamos bem e eles também nos tratam bem. Nós compramos no comércio deles o que falta na despesa da casa, também compramos frutas e açaí.

Entrevistado P . é uma relação boa, até porque agente só vem no final de semana, não há muito contato com eles. A gente pouco compra produtos deles, porque trazemos tudo de Macapá.

Entrevistado Q . Eu acho que eles gostam de nossa presença, afinal de contas nós compramos as frutas e as verduras, também usamos as rabetas para o transporte, com isso aumenta a renda deles, eles vivem mais da agricultura o que rende pouco para eles.

De acordo com o Senhor Moacir (04/2013), não houve a inserção de políticas públicas que realizassem o acompanhamento ou o gerenciamento desta atividade, diante disso, os moradores ficaram sujeitos ao desenvolvimento desregulado do turismo o que deu origem a problemas de ordem ambiental e social.

Pode-se fomentar a atividade turística melhorando o espaço, com treinamentos para os moradores e incentivos fiscais para empreendimentos turísticos na área (SR. MOACIR, em 04/2013).

O quadro abaixo sintetiza os fatos históricos e as transformações no modo de vida e de territorialidade da comunidade do Lontra da Pedreira.

Quadro 6: Síntese das transformações no modo de vida e na territorialidade

Período	Fatos históricos	Características do modo de vida e da territorialidade ribeirinho.	Transformações no modo de vida e na territorialidade ribeirinho.
1970 a 1980	Comércio regatista	<ul style="list-style-type: none"> • Alimentação, quase que exclusivamente, a base de pesca, caça e produtos agrícolas e extrativos. • Utilização de utensílios domésticos produzidos artesanalmente e com produtos da floresta. • O rio como principal eixo de ocupação, transporte e comercialização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução de Alimentos industrializados como os biscoitos e refrigerantes. • Introdução de utensílios industrializados. • Abertura do ramal do Lontra até a estrada, surge um novo eixo de ocupação, transporte e comercialização.
1985 a 1995	Empresas madeireiras e palmeiteiras	<ul style="list-style-type: none"> • Economia predominante de subsistência (caça, pesca, extrativismo e agricultura familiar). • Baixo impacto ambiental. • Baixo uso de produtos industrializados. • Baixo índice de emigrantes. • O rio continua sendo o principal eixo de ocupação, transporte e 	<ul style="list-style-type: none"> • Economia de mercado, a comunidade se engajou no sistema patronal e fornecimento de matérias-primas. • Aumento do impacto ambiental. • Aumento do uso de produtos industrializados. • Alto índice de emigrantes. • A estrada passa a ter mais importância como via de

		comercialização.	ocupação, transporte e comercialização
1997 a 2000	Implantação de políticas públicas e o projeto Lontra	<ul style="list-style-type: none"> • Pouca influência da cultura urbana. • Atividades tradicionais (caça, pesca, agricultura de subsistência). • Hábito alimentar embasado na caça, pescado e produtos agrícolas com a inserção de itens industrializados. • Uso de utensílios domésticos artesanais e baixo consumo de produtos industrializados. • Pavimentação da estrada AP-70. O rio continua tendo uma grande importância na ocupação, transporte e comercialização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificação da influência da cultura urbana. • Introdução de novas atividades econômicas (piscicultura, apicultura e SAFs). • Hábito alimentar embasado nos produtos industrializados, enlatados, embutidos e congelados. A caça, o pescado e os produtos agrícolas passaram a ser consumidos esporadicamente. • Substituição dos utensílios artesanais pelos produtos industrializados. • A estrada passa a ser o principal eixo de ocupação, transporte e comercialização.
1990 a 2012	Atividade turística e veranista	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação de seu território. • Cotidiano tranquilo de ribeirinho. • Configuração espacial representada pela cultura ribeirinha (estilo das casas, das pequenas embarcações (a remo). 	<ul style="list-style-type: none"> • Venda de suas terras ou parte delas (por alguns membros da comunidade). • Cotidiano agitado com o barulho dos sons e embarcações modernizadas dos turistas. • Configuração espacial mesclada pela cultura ribeirinha com a cultura urbana.

A própria autora.

4.7 ANÁLISE DOS RELATOS DOS RIBEIRINHOS QUANTO AO SEU MODO DE VIDA E SUA TERRITORIALIDADE

A população da comunidade se considera como povo ribeirinho, apresenta uma percepção quanto aos elementos sociais e econômicos que as definem como homens amazônidas com modo de vida peculiar.

Eles também reconhecem que seu modo de vida e territorialidade se manifestam pelo uso de espaço geográfico específico, onde a floresta e os rios são suas referências, eles vivem as simbologias, as crenças e os valores.

Em relação ao Estado, o sentimento é de abandono e esquecimento. Retratam as políticas econômicas implantadas pelo Projeto Lontra como sendo

novas possibilidades de atividades econômicas. A preocupação maior é em relação à atividade turística que está acontecendo sem nenhum monitoramento governamental.

Dentro de suas perspectivas econômicas desejam o incentivo do Estado que valorize suas atividades econômicas tradicionais como a extração do açaí e a agricultura familiar tradicional, principalmente, da banana e frutas típicas da região, o que poderia aumentar sua produção. Também clamam pelo beneficiamento dos frutos por meio da fabricação de polpas. A ACL está buscando, há vários anos, junto aos órgãos competentes o apoio para estabelecer a fábrica comunitária.

Expressaram sua preocupação em relação aos veranistas que estão se expandindo de forma desenfreada nas margens dos rios com a construção de segundas residências. Observam que seu espaço de moradia se transformou no espaço de lazer do homem urbano.

Temem pela segurança no trânsito no rio que se transformou em um perigo eminente de acidentes com o tráfego de voadeiras, rabetas e motos aquáticas.

Os moradores apresentam consciência em relação às mudanças no hábito alimentar, porém, relataram as dificuldades em caçar e pescar. O modo de desenvolver essas atividades ficou proibido pelas leis, não se pode mais caçar com o uso de armas de fogo (a mais utilizada pelos ribeirinhos é a chamada espingarda), também temem pelas represálias, caso sejam surpreendidos caçando e pescando de forma ilegal. A pesca ainda é bastante operante, porém, o pescado, muitas vezes, é comercializado no local.

De certa forma a modernidade proporcionou a comunidade melhoria nas condições de vida em relação a infraestrutura de água, luz, meios de comunicação e transporte.

Para a comunidade do Lontra da Pedreira as transformações no modo de vida são inevitáveis diante da modernização, porém não desejam perder a unidade cultural expressa por meio deste modo de viver peculiar ao grupo que compõem.

5. CONSIDERAÇÕES RECOMENDAÇÕES

No decorrer desta pesquisa, procuramos compreender de que forma a apropriação do espaço da Comunidade Ribeirinha do Lontra da Pedreira, no período compreendido de 1940 a 2012, provocou mudanças no modo de vida e na territorialidade desta população.

Iniciamos nossas reflexões e estudos dentro de uma compreensão e relacionando modo de vida com território e territorialidade, isso foi possível ao analisarmos Vidal de La Blache (1954), Julio Suzuki (1996), Guerra (1993), Raffestin (1993), Saquet e Spósito (2000), Guerra (1993), Cunha e Almeida (2001) e Claval (1999). Depreendemos desta compreensão que o modo de vida é característico a cada grupo social, está relacionado à forma como uma determinada população se relaciona com o seu território e vai criando vínculo de territorialidade.

A comunidade do Lontra da Pedreira apresenta um modo de viver característico desta população. Durante o seu cotidiano vai gestando o território criando forte vínculo de territorialidade, onde o espaço é percebido e trabalhado de acordo com os valores criados e recriados pelos membros da comunidade. As estruturas e o funcionamento dos processos que envolvem as conjunturas econômicas, sociais, e políticas são complexos e acabam por formar uma engrenagem própria que ordena o modo de vida desta população.

Ao aprofundarmos as discussões, sentimos a necessidade de compreender os sujeitos de nossa pesquisa, as populações tradicionais e, dentro delas, a categoria ribeirinha, isso foi possível com Diegues (1996), Castro (1997), Loureiro (1991) e Cunha e Almeida (2001). As comunidades ditas tradicionais apresentam uma identidade própria com características inerentes a elas, as tradições são seguidas, valoradas e repassadas pelos seus membros. Os ribeirinhos são um grupo social que se destacam dos quilombolas, dos castanheiros, dentre outras, pelo seu modo de vida diferenciado.

Nossa referência de comunidade tradicional ribeirinha é a do Lontra da Pedreira, população que desenvolve o seu modo de vida atrelada a dois elementos fundamentais, o rio e a floresta. As atividades econômicas e culturais

cotidianas estão relacionadas ao conhecimento e a profunda relação que mantém com o seu território e aos valores agregados aos elementos naturais.

A realidade brasileira estudada foi a Amazônia, mais precisamente, a forma como ela foi apropriada e os impactos no modo de vida e na territorialidade das populações tradicionais, mais especificamente, a ribeirinha. Nesta compreensão analisamos Becker (1991), Loureiro (1992) e Gonçalves (2012). Estas literaturas nos permitiram compreender que a apropriação econômica do espaço amazônico ocorreu de fora para dentro, transplantada de outras regiões, não considerando as peculiaridades sociais, econômicas e ambientais, por consequência, os impactos nas comunidades tradicionais.

No processo de apropriação da região não se considerou o domínio secular da terra pelas populações tradicionais, a ocupação da região ocorre como sendo espaço devoluto. Ao se considerar a região como um inesgotável depósito de recursos naturais se iniciou a exploração que levou a uma desordenada exploração da biodiversidade, fonte de sobrevivência das populações tradicionais. Além disso as ações desenvolvimentistas são contraditórias ao modelo econômico implantado na região pelas populações tradicionais.

Não se tratava de uma região onde inexistiam relações sociais e econômicas, apenas a construção destas relações era embasada na forma tradicional de vida, portanto, já existia um espaço construído. O chamado desenvolvimento da Amazônia veio com a roupagem de construir o progresso nos moldes capitalistas.

A falta de percepção da importância e do papel do homem amazônida no cenário de desenvolvimento desta região dizimou culturas e, junto com elas, um arcabouço de conhecimentos. Também despontou para um quadro de conflitos e violências desestabilizando culturalmente e economicamente a região.

Neste novo contexto regional os grupos tradicionais não se encaixaram nos padrões de vida exigidos pelo atual modelo de desenvolvimento, diante disso, foram tratados como problemas para a modernização da Amazônia o que os levou a serem negligenciados e excluídos do processo de planejamento, de tal forma que o próprio Estado não se preocupou em estabelecer mecanismos legais no sentido de proteção da cultura e da territorialidade destes grupos culturais.

Em meio a estas questões, os grupos sociais amazônidas passam por intensas transformações na identidade cultural, além de pressões sobre o seu território. Como resultado, ocorrem conflitos pela manutenção da cultura e da territorialidade, muitas vezes de forma violenta.

O aguçamento das tensões e a pressão da sociedade remeteram o Estado a assumir o seu papel de mediador das questões sociais, mesmo que tardiamente, o reconhecimento formal da cultura e do território das populações amazônidas está paulatinamente sendo realizadas, seja por meio da demarcação de terras ou leis de proteção a cultura e ao território destes grupos sociais.

Neste contexto, analisamos a comunidade do Lontra da Pedreira como um exemplo de grupo social amazônida que sofreu modificações no seu modo de vida em decorrência da forma de apropriação, embasada na exploração dos recursos naturais para o fornecimento em massa para as empresas, assim como, o uso de seu território para o desenvolvimento de atividades turísticas.

Selecionamos para esta pesquisa quatro fatos históricos marcantes na vida desta comunidade: a experiência com o comércio regatista (1970 a 1980), a introdução de empresas madeireiras e palmitadeiras na região (1980 a 1990) e o desenvolvimento de políticas públicas e do turismo na área (1990 a 2012).

Antes de entramos diretamente na discussão dos fatos históricos elencados, nos sentimos no compromisso e na responsabilidade de realizarmos o resgate histórico da origem da comunidade, esta foi a primeira fase de nossa pesquisa, realizada de forma prazerosa, pelo fato de percebermos a satisfação dos moradores durante os depoimentos, em contar sua própria história, em lembrar o passado e saber que alguém se preocupou em registrar. Ficamos assustados quando em conversa informal com alguns jovens e até professores da escola, constatamos que eles desconhecem a história do lugar. Contar essa história é contribuir para o resgate dessa memória.

As análises dos fatos históricos propostos neste estudo partiram das experiências vividas pelos membros da comunidade e de outros agentes ativos nesse processo, os empresários e regateiros.

Ao se desvendar a influência da atividade dos regatões no modo de vida desta comunidade, se pode afirmar que o comércio regatista foi o principal elo entre o ribeirinho do Lontra e a cultura urbana. Este comércio estabeleceu as

primordiais mudanças nos usos e costumes desta comunidade. Vale ressaltar que estas mudanças não foram profundas ao ponto de concluirmos que ocorreu substancial mudança no modo de vida desta população. Observamos que objetos modernos e industrializados iam sendo incorporados no uso cotidiano dos ribeirinhos, como as rádios à pilha, as tigelas e copos de plásticos e os produtos de perfumaria e beleza como os batons, desodorantes, espelhos, etc. Este comércio era bem receptivo pelos ribeirinhos que esperavam ansiosos pelos produtos, principalmente pelos gêneros alimentícios, importantes no complemento alimentar.

Ao pesquisarmos sobre os impactos das empresas palmeiras e madeireiras na comunidade, podemos constatar que provocaram profundas modificações na cultura e territorialidade desta população, foram observadas pelas mudanças de concepções socioculturais externadas pelas novas ações da comunidade.

O engajamento de parte desta comunidade no processo de produção das empresas como trabalhador assalariado, o qual atendia a uma jornada de trabalho de oito horas, com isso, substituía suas atividades tradicionais de caça, pesca e agricultura familiar para se dedicar a produção da empresa. Observa-se que esta condição é contraditória a cultura da sociedade ribeirinha, no qual seu horário de trabalho era regido pela natureza, ela que estabelecia o tempo de caçar, pescar, plantar e colher.

Com o salário que recebia da empresa o ribeirinho comprava os produtos industrializados, principalmente os alimentícios, substituindo, cada vez mais, os itens tradicionais de seu hábito alimentar que era a base de caça, pesca e o vinho do açaí, que com exceção deste último, os outros eram consumidos esporadicamente e, com mais freqüência os alimentos industrializados;

Os ribeirinhos que não se engajaram como trabalhadores assalariados se tornaram fornecedores de matérias-primas (madeira e palmito) para as empresas, dessa forma, demonstrando uma relação de depredação com esses elementos. Esta situação demonstra profunda mudança de concepção da cultura tradicional ribeirinha, que utilizavam a natureza para atender suas necessidades básicas, além do que se caracterizavam por desenvolver atividades de baixo impacto ambiental.

Estas transformações deixaram como conseqüências marcas profundas na comunidade, pois, após a saída destas empresas, alguns membros, principalmente, mais jovens, acostumados com os salários que recebiam e com o consumo de produtos urbanos, emigraram em busca de trabalho assalariado e melhores condições de vida. A preocupação com a emigração jovem pressupõe a perda do contato com sua cultura e, conseqüentemente a transmissão da mesma.

Em relação ao Projeto Lontra implantado pelo PDSA objetivando estabelecer uma nova dinâmica econômica na área, observamos que por falta de monitoramento e apoio do Estado, as atividades incentivadas e desenvolvidas de forma experimental como a piscicultura, apicultura e sistemas agroflorestais não prosperaram.

Outro fator a considerar é em relação à atividade agrícola que é secular e cultural, a forma de plantar do ribeirinho é estabelecida por um ritual, desmata-se um pequeno lote de terra nas margens de rios ou igarapés, queimam-se os troncos de árvores que ficaram e planta-se. No caso do novo sistema agrícola estabelecido na comunidade, se planta em meio à floresta, distante da margem dos rios. Esta situação provocou dificuldades ao ribeirinho, primeiramente, sobre o controle da plantação que não estará mais concentrada em um único espaço, mas sim, espalhados na floresta, segundo, a floresta amazônica é densa, composta por um emaranhado de árvores, galhos, cipós, etc. dessa forma dificultando o deslocamento para o tratamento da plantação.

Também observamos que se tornou mais difícil o escoamento da produção em detrimento da distância da plantação no meio à floresta para a margem. Destaca-se que a mão-de-obra é familiar e a tecnologia de colheita é rústica, o produto é carregado pelos membros da família até a canoa aportada na margem do rio ou igarapé, este fato tornou esta atividade mais fatigante e cansativa para o ribeirinho.

Quanto à implantação do turismo e a apropriação da área por veranistas que adquiriram residência na área, pode-se dizer que a valorização da terra neste espaço motivou alguns moradores a venderem seus lotes ou parte deles para o veranista, provocando assim, a desterritorialização, nos casos dos que emigraram para o centro da cidade de Macapá, houve a total ruptura com o

seu grupo social. Os que mudaram para locais mais distantes da vila estão enfrentando dificuldades de deslocamento com a sua produção.

Em relação aos que venderam parte de seu território estão encontrando dificuldades em desenvolver suas atividades econômicas em um espaço de terra restrito, principalmente, quanto ao extrativismo animal e florestal.

O turista e o veranista, eminentemente urbanos, transplantaram para a comunidade sua cultura, provocando uma mesclagem. Observa-se a mudança na configuração espacial da área, antes, somente as casas dos ribeirinhos, feitas de madeira, cobertas de palha, silêncio quase total, uma vez ou outra, o barulho de uma embarcação que passava pelo rio, as canoas a remo transitavam livremente, se via criança pequena pilotando uma delas. Com o turismo, contrastam-se as casas dos veranistas com arquitetura moderna, algumas de alvenaria.

O trânsito no rio tornou-se bastante intenso, principalmente, nos finais de semana, feriados e períodos de férias, quando há maior concentração de visitantes, as motos aquáticas, voadeiras e rabetas demonstram seu potencial de velocidade, os moradores reclamam bastante do impacto hidráulico que eles produzem nas margens dos rios provocando a caída da terra, também provocam grandes banzeiros alagando as pequenas canoas dos moradores. Observou-se a insegurança dos pais com os seus filhos no rio, muitos proibiram as crianças de transitarem nestes períodos de muito fluxo.

Uma mudança observada foi em relação ao principal meio de transporte dos moradores, antes a canoa a remo, atualmente, raro se vê uma delas transitando pelo rio, estão sendo substituídas pelas rabetas. Este novo tipo de canoa facilitou para o ribeirinho o transporte de pessoas e mercadorias, exige menos trabalho braçal para conduzi-la e menos tempo no transporte da produção. Ressalta-se que o ribeirinho utiliza a rabeta para aluguel para os turistas passearem nos rios e igarapés da região, com isso, contribuindo para a renda familiar.

Revela-se que o turismo contribui com a renda da comunidade e com a melhoria da qualidade de vida desta população, porém, ainda de forma incipiente. Apenas 03 comerciantes ribeirinhos usufruem da renda arrecadada durante a presença dos turistas que aportam em seus restaurantes para o consumo de alimentos. No caso dos veranistas que possuem residência na área, transportam

da cidade os produtos de consumo, apenas compram esporadicamente o peixe e o açaí dos ribeirinhos, que saem em suas canoas de casa em casa oferecendo os seus produtos.

Durante os períodos intensos de veranistas e turistas a poluição sonora é enorme, se entrelaçam os sons das residências com os dos restaurantes e carros, e os moradores reclamam bastante desta situação.

Outro fator que chamou atenção foi a revelação dos moradores em relação à produção do lixo, que era bastante pequeno antes da chegada dos turistas, atualmente este volume aumentou significativamente.

Também se constatou que raros eram os veículos que entravam no ramal do Lontra. Após a atividade turística, eles lotam o pequeno espaço que era utilizado pelas crianças e jovens como área de lazer. Não há uma organização de estacionamento, os veículos ocupam a frente dos prédios públicos e das casas das vilas, formando um grande emaranhado.

As políticas de infraestrutura como abertura do ramal do Lontra, o asfaltamento da principal via de acesso, a AP-70, significaram importantes eixos de circulação. A energia elétrica, a mini estação de tratamento de água e a Escola Nazaré da Pedreira, são conquistas para a melhoria da qualidade de vida da população local.

Também citamos os refrigeradores que influenciaram nas mudanças de hábitos alimentares, antes, os alimentos eram frescos ou salgados, atualmente, congelados. Com a facilidade de acesso ao centro urbano o consumo de alimentos industrializados foi se intensificando e se tornando hábito alimentar da comunidade, os frangos congelados, as carnes de gado, as calabresas e as mortadelas são o carro chefe da alimentação dos ribeirinhos, a caça e o pescado são alimentos esporádicos. O açaí com a farinha de mandioca continuam sendo importantes no hábito alimentar da comunidade.

Algumas atividades tradicionais ribeirinhas, hábitos e costumes que faziam parte do cotidiano desta comunidade estão se tornando raridades, tais como: a criação de animais domésticos para o consumo, patos, frangos e porcos; a caça e a pesca; o cultivo de plantas medicinais; ocorre elevado consumo de produtos industrializados; a forma artesanal de extrair o suco do açaí por meio da peneira e do alguidá não se observa mais, só utilizam a máquina elétrica; a canoa

a remo está sendo substituída pelas rabetas. Alguns artefatos da cultura ribeirinha estão se tornando obsoletos, é a chegada da modernidade, que segundo relato dos próprios moradores facilitou o seu cotidiano.

Pontos importantes da cultura e da territorialidade estão sendo preservadas: a agricultura familiar; o baixo impacto ambiental, não se observou na comunidade nenhuma atividade de expressiva agressão a natureza; a arquitetura das casas, ainda de madeira com o trapiche ligando a casa ao rio, apesar da modernidade expressa em suas residências, geladeira, fogão a gás, televisão, dentre outros, o ribeirinho mantém sua vida simples.

Algo interessante que se depreendeu deste estudo foi que apesar de todas as mudanças na cultura acima mencionadas, o ribeirinho mantém sua concepção de economia simples que não visa o acúmulo de riquezas, vive das atividades primárias, da produção agrícola de forma familiar.

Esta investigação efetiva demonstrou a fragilidade do ribeirinho em manter suas concepções culturais e de territorialidade em detrimento da pressão exercida pela modernidade e novos usos e ocupação do território. Este grupo social tenta adequar ao seu cotidiano o modo de vida tradicional com a modernidade na busca de melhoria da qualidade de vida. A territorialidade continua sendo o principal vínculo cultural, o rio e a floresta ainda são suas referências socioeconômicas. O maior desafio desta comunidade é como viver na modernidade sem perder a identidade cultural.

Diante do exposto, a proponente desta investigação se vê na obrigação de deixar algumas recomendações no sentido de contribuir com o desenvolvimento desta comunidade:

- Que o Estado assuma o seu papel de gerenciador do patrimônio ambiental e cultural e proponha políticas públicas dentro da concepção do modo de vida ribeirinho. Para isso, é preciso conhecer a realidade e buscar na própria comunidade suas perspectivas e aspirações;
- Que a comunidade busque a melhoria de sua qualidade de vida sem perder o cerne de sua identidade cultural;
- Como o turismo e o veraneio fincaram raízes neste espaço, é necessária a figura dos órgãos governamentais competentes no sentido de realizar a organização, o controle e o monitoramento desta atividade;

- Projetos de educação ambiental devem ser desenvolvidos na área permanentemente.

Finalmente, esperamos que este estudo sobre as mudanças no modo de vida e na territorialidade da Comunidade Ribeirinha do Lontra da Pedreira, possa contribuir tanto na esfera literária sobre a temática, no sentido de incentivar e despertar pelo interesse de novas pesquisas, assim como na esfera política, no que diz respeito a uma visão realista da importância de se conservar estas comunidades na Amazônia e se pensar novas formas de planejar esta região considerando os múltiplos grupos culturais que constroem este espaço.

GLOSSÁRIO

Abano É Artefato feito de cipó pra abanar o fogareiro à lenha.

Alguidá - Vasilha feita de barro para armazenar alimentos

Boca do rio . Espaço referente à entrada no rio ou igarapé.

Boca da noite . Início da noite

Cacuri - Armadilha em forma de cerca feita de tala

Cipó . Galhos finos e compridos pendurados ou enrolados nos troncos das árvores.

Cuia . Artefato em forma de tigela feito do fruto da árvore da cuieira.

Capoeira . nova vegetação de pequeno porte que nasce após a queima-roçado-abandono da terra.

Casco - Canoa pequena à remo feito do tronco grosso de uma árvore.

Candeeiro - Utensílio para iluminação.

Chibé - Iguaria feita de farinha com água para acompanhar comida salgada.

Debulhar o açai - Retirar os grãos do açai do cacho.

É, em - Expressão oral que significa "estou compreendendo".

Furo - Pequeno igarapé ou córrego que liga um curso de água a outro.

Igarapé . Canal natural estreito que liga duas ilhas ou uma ilha e um rio ou dois rios.

Gamela - Vasilha feita de barro para armazenar alimentos

Ilharga - Que está ao lado, está próximo.

Jirau - Estrado de madeira suspenso na cozinha para a lavagem de louças e preparo de alimentos.

Lanternar - Caçar utilizando lanterna, ou algum tipo de luz.

Lanciar - Pescar camarão ou peixes com pequenas redes e de forma rápida.

Lamparina - Utensílio para iluminação

Malpicá - Corte dos troncos após a derrubada da mata

Matapi - Armadilha para pescar o camarão.

Pari - Cercado de cipó para capturar o pescado.

Palha - Folhas secas - servem para cobertura de casas.

Pecônia - Artefato feito de fibras das árvores, de forma arredondada, são firmadas nos dois pés para a escalada das árvores para extração dos frutos, muito usada na escalada do açazeiro.

Peneira . Artefato feito de urumã, é utilizada como crivo, principalmente, para extrair o suco do açai.

Paneiro - Artefato feito de urumã, importante objeto para armazenar frutos.

Peixe do mato . Peixes que habitam em áreas aquáticas em contato direto com a mata, a exemplo do Jiju, Tamuatá e Acari.

Pote - Vasilha feita de barro para armazenar água

Quarador, varal - Estrado de madeira feito no quintal para expor a roupa ao sol.

Quití ou Tiquiti . tratar o peixe que contém muita espinha, fazer cortes miúdos no peixe de um lado e outro cortando as espinhas.

Roça - Tipo de manejo agrícola realizado por meio da retirada da mata-queima-plantio.

Timbó (*Deris nicon, D. urucu*) - Raiz que apresenta uma substância tóxica usado na pesca.

Tapagem - Pesca realizada por meio do bloqueio de um rio ou igarapé se usando uma rede de pesca.

Trapiche - Ponte de madeira.

Tucupí - Iguaria (suco) derivada da mandioca.

Tipiti - Artefato de cipó feito para espremer a massa da mandioca e extrair o tucupi

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Secretaria Estadual do Meio ambiente. **PLANO ESTADUAL AMBIENTAL (PEA)**. Macapá-Ap. GEA-SEMA, 1997.

AMAPÁ. Secretaria Estadual do Meio ambiente. **PLANO ESTADUAL AMBIENTAL (PEA)**. Macapá-Ap. GEA-SEMA, 2000.

ARRUDA, Rinaldo. **Populações Tradicionais e a proteção de recursos naturais em Unidades de Conservação**. In: Ambiente & Sociedade, ano II, n 5, 1999.

BECKER, Berta K. **A Amazônia**. São Paulo. Ática, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília. 1988.

BRASIL. Decreto- nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui Lei a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, D.F. 2007.

CARLO, Sandra de; DRUMOND, José A. **O Projeto Yawanawá-Aveda de Urucum: uma parceria de negócios em busca de sustentabilidade para uma comunidade indígena na Amazônia brasileira**. In: SAYAGO, Doris; TOURRAND, Jean François; BURSZTYN, Marcel. **Amazônia: Cenas e Cenários**. Brasília. UNB, 2004.

CASTRO, Edna. **Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais**. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Orgs.). **Fases do trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

CASTRO, Manoel Cabral. **Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental na Formulação de Políticas Públicas. A Experiência do Estado do Amapá**. Macapá-Ap. CEFORH, 1998.

CLAVAL, P. **O território na transição da pós-modernidade**. In: **Revista Geographia**. Ano 1 . nº2,1999.

CUNHA, Manuela C. da; ALMEIDA, Mauro W. B. **Populações Tradicionais e Conservação Ambiental**. In: CABOBIANCO, João Paulo Ribeiro ET al (orgs). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. São Paulo. Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia, **Introdução à Geografia do Turismo**, São Paulo, Roca, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____; ARRUDA, Rinaldo S. V. **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília. MMA, 2001.

FARIAS, Rosana Torrinha Silva de. **Educação ambiental e os valores socioculturais: um estudo de caso na comunidade ribeirinha do Lontra da Pedreira**. Mestrado em Educação. Assunção-PY: Universidade Autónoma de Assunção - PY, Paraguai. 2010.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio M. **Extrativismo e Capitalismo na Amazônia: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá**. Macapá-AP. GEA/SEMA, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2012.

GUERRA, Isabel. **Modos de vida: novos percursos e novos conceitos**. In: **sociologia É problemas e práticas**. Nº13, 1993.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2004.

KITAMURA, Paulo Choji. **A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília. EMBRAPA-SPI, 1994.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **História Oral. Muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta**. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org). **(Re) introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

LARRAIA, Roque B, de. **Cultura É um conceito antropológico**. 15ª ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2002.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: estado, homem, natureza**. Belém: CEJUP, 1992.

LINS, Cristóvão. **Amazônia: as raízes do atraso**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Daudt Design Editora, 2012.

MACAPÁ. INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS (IESA). **Projeto Lontra**. Macapá-AP. IESA, 1997.

MADRID. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO . OMT (United Nations World Tourism Organization). **World Tourism Barometer**: UNWTO Press, 2008, v.6.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira**. PB, Dissertação de Doutorado. FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

MEIHY, MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **(Re) introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

PINTO, Lúcio Flávio. **Jari, toda a verdade sobre o projeto de Ludwig**. São Paulo: Marco Zero, 1986.

_____. **A Desorganização do Grande Projeto**. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A. F. MAIA, Maria Lúcia Sá. **Industrialização e Grandes Projetos**. Belém/Pa. UFPA, 1995.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais**. 1943 a 2000. 2ª ed. Macapá: Edição do Autor, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RABELO, Benedito. **O Zoneamento Ecológico Econômico do Amapá**. In: Oliveira Augusto e Nishi Natali (orgs). **Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável: as experiências do IEPA (1995 a 1998)**. Macapá-Ap. IEPA, 2001.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo. Nobel, 1998.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O retorno do território**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de.; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAQUET, Marcos Aurélio; Sposito, Elizeu Savério (orgs). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SIOLI, Harald. **Amazônia. Fundamentos da Ecologia da Maior Região das Florestas Tropicais**. São Paulo. Vozes, 1985.

SILVA, Nascimento Silva Maria das Graças. **O espaço ribeirinho**. Terceira Margem, São Paulo, 2000.

SILVEIRA, Isolda M. da; LOPES, Daniel F. **O Homem na Amazônia**. In: OLIVEIRA, Elísio Márcio; FONCECA, Elizabete Lopes P. da. (orgs.) **Amazônia uma Proposta Interdisciplinar de Educação Ambiental**. Brasília. MMA, 1994.

SILVEIRA, Odete. **Gerenciamento Costeiro: O Amapá e a Zona Costeira**. In: Oliveira Augusto e Nishi Natali (orgs). **Ciência e Tecnologia para o**

Desenvolvimento Sustentável: as experiências do IEPA (1995 a 1998). Macapá-Ap. IEPA, 2001.

SOUZA, Manoel Dorandins Costa de. **O Amapá e sua Trajetória.** Macapá-AP. IBGE, 1998.

SPÓSITO, Eliseu Savério; RIBAS, Alexandre Domingues; SAQUET, Marcos Aurélio (orgs). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Paraná, 2004.

SUZUKI, Julio César. **De povoado a cidade: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis.** Dissertação de Doutorado . FFLCH/USP, São Paulo, 1996.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Princípios de Geografia Humana.** Lisboa: Cosmos, 1954.

APÊNDICE A

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS

DATA: Macapá, ____ de ____ de ____

PARTICIPANTES: Moradores da comunidade

IDENTIFICAÇÃO

CODIFICADA:

PARTE 1 . DADOS GERAIS

a) Idade: ____ anos.

b) Sexo: F () M ()

c) Escolaridade: _____

d) Tempo de residência no local: _____

e) Naturalidade: _____

f) Atividade econômica que desenvolve atualmente _____

g) Local de trabalho: _____

PARTE 2 . QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE A ORIGEM DA COMUNIDADE

a) Você sabe a história da origem da comunidade?

Sim () Não (). Conte-a

b) Relate como vocês construíram as casas de moradia?

c) Quais atividades econômicas vocês desenvolviam e de que forma?

d) Qual era a forma de alimentação?

e) Como surgiu a Vila do Lontra?

f) Qual era a relação da comunidade com o centro de Macapá?

g) Quais atividades econômicas que vocês desenvolviam e de que forma ocorria?

h) Como vocês conseguiam os objetos necessários para os usos?

3 . QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE A ATIVIDADE DOS REGATÕES

i) Quais as décadas que vocês recebiam o comércio regatista? Com que frequência ele comparecia e qual era o tipo de embarcação?

j) Como era feito o comércio entre vocês e os ragatistas? Quais produtos eram negociados?

k) Vocês gostavam deste comércio? Sim () Não () . Por quê?

l) O que mudou nos usos e costumes de vocês com o comércio dos regatões (tradições, costumes, crenças, atividades econômicas)?

m) Quais os motivos que levaram ao enfraquecimento desse comércio?

QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE AS INSTALAÇÕES DE EMPRESAS DE PALMITO E SERRARIAS NA COMUNIDADE

n) Quando, quais e quantas empresas foram instaladas na comunidade?-

o) Qual a sua relação com estas empresas (trabalho assalariado/ Fornecimento de matérias-primas/ outros).

p) Quais atividades econômicas você desenvolvia antes da instalação destas empresas na comunidade?

q) Qual sua relação com o meio ambiente antes da instalação das empresas?

r) Qual a sua relação com o meio ambiente depois da instalação das empresas?

s) Quais meios de sobrevivência você possuía antes da instalação das empresas na comunidade? _____

t) Quais meios de sobrevivência você possuía depois da instalação das empresas na comunidade?

u) Como a comunidade se organizava socialmente antes da instalação de empresas na comunidade (existia centro comunitário?, associação? etc.)

v) Como a comunidade se organizou socialmente depois da instalação de empresas na comunidade (existia centro comunitário, associação etc.), se existia, quais eram os objetivos?

w) Quais eram seus costumes antes da instalação de empresas na comunidade (caçar/pescar/coletar alimentos da floresta/agricultura familiar/seus hábitos alimentares/lazer/outros).

x) Estes costumes mudaram depois da instalação de empresas na comunidade? De que forma mudaram?.

y) Quando as empresas se retiraram da área e por quê?

z) O que ocorreu após a saída delas? Como a comunidade passou a viver?

y) Estas empresas provocaram impactos ambientais na área? Sim () Não ()
Quais foram?

PARTE 4 . QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA CUMUNIDADE

a) A vida de vocês melhorou ou piorou com a chegada da energia elétrica, dos produtos industrializados (geladeira,alimentos congelados)-

b) A alimentação de vocês mudou depois da chegada da energia elétrica com o uso das geladeiras e com o comércio local?

c) Houve alguma interferência da comunidade na implantação dessas políticas públicas? Quais foram?-

d) Quais mudanças (usos e costumes) foram estabelecidas na vida da comunidade pelo Projeto Lontra?

e) Porque as atividades econômicas (apicultura, piscicultura e SAFS) desenvolvidas pelo Projeto Lontra não obtiveram sucesso, por isso não deram continuidade?

f) O Projeto Lontra foi importante para vocês? Aumentou a renda familiar, que benefícios trouxe para a comunidade?

g) As Leis ambientais facilitaram ou dificultaram o modo de vida de vocês?

PARTE 5 . QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA COMUNIDADE

h) O que você acha da atividade do turismo na comunidade?-

i) Quais os maiores problemas que ocorreram com a atividade turística na comunidade?

j) Qual é a sua relação com os turistas (social e econômica)?

k) Os turistas estabeleceram alguma mudança nos seus hábitos e costumes (modo de vida)? Sim () Não () Quais foram? -

l) A atividade do turismo contribui para o aumento da renda de vocês? De que forma?

m) A atividade turística tem algum apoio governamental, ONGs, etc? -

n) Você está satisfeito com o seu modo de vida? Sim () Não () Como você gostaria de viver atualmente? -

o) Como é a participação dos turistas que possuem casa na comunidade na vida cotidiana de vocês?

p) Você conhece algum morador que vendeu sua casa ou seu terreno para os turistas? Qual o motivo da venda?

q) Como era a vida de vocês antes da chegada dos turistas e dos moradores da cidade?

APÊNDICE B

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS

DATA: Macapá, ____ de ____ de ____

PARTICIPANTES: Veranistas

IDENTIFICAÇÃO CODIFICADA: _____

PARTE 1 . DADOS GERAIS

h) Idade: ____ anos.

i) Sexo: F () M ()

j) Escolaridade: _____

k) Naturalidade: _____

l) Local _____ de _____ trabalho:

PARTE 2 . QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE OS TURISTAS

a) Você adquiriu casa na área ou só vem aos finais de semana e feriados?-

b) O que o atraiu para esta localidade?.

c) Qual sua relação com os ribeirinhos que habitam nesta comunidade?

d) Qual sua relação com o ambiente da comunidade?

e) Você acha que o turismo trouxe alguma melhoria de vida para a comunidade?
Sim () Não (). Justifique a resposta?

f) De que forma você acha que o turismo poderia contribuir para melhorar a vida dos ribeirinhos?

g) O que você acha da infraestrutura do balneário e da situação do lixo? De que forma na comunidade, muitos turistas jogam lixo no rio e no chão?

APÊNDICE B

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS

DATA: Macapá, ____ de ____ de ____

PARTICIPANTES: Turistas de segunda residência

IDENTIFICAÇÃO CODIFICADA: _____

PARTE 1 . DADOS GERAIS

m) Idade: ____ anos.

n) Sexo: F () M ()

o) Escolaridade: _____

p) Naturalidade: _____

q) Local _____ de _____ trabalho:

PARTE 2 . QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE OS TURISTAS

h) Como você adquiriu casa na área ?-

i) O que o atraiu para esta localidade?.

j) Porque você decidiu por uma segunda residência no Lontra da Pedreira, o que o atraiu? O que o atraiu para esta localidade?. Como você conseguiu comprar uma casa no local?

k) Qual sua relação com os ribeirinhos que habitam nesta comunidade?

l) Qual sua relação com o ambiente da comunidade?

m) Você acha que o turismo trouxe alguma melhoria de vida para a comunidade?

Sim () Não (). Justifique a resposta?

n) De que forma você acha que o turismo poderia contribuir para melhorar a vida dos ribeirinhos?

o) O que você acha da infraestrutura do balneário e da situação do lixo? De que forma na comunidade, muitos turistas jogam lixo no rio e no chão?

APÊNDICE D

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS

DATA: Macapá, ____ de ____ de _____

PARTICIPANTES: Empresários

IDENTIFICAÇÃO CODIFICADA: _____

PARTE 1 . DADOS GERAIS

a) Idade: _____ anos.

b) Sexo: F () M ()

c) Escolaridade: _____

d) Naturalidade: _____

e) Local _____ de _____ trabalho:

PARTE 2 . QUESTÕES ESPECÍFICAS PARA OS EMPRESÁRIOS

f) Quando você instalou empresa na comunidade? O que o atraiu para aquela localidade? -

g) Qual a relação da empresa com a comunidade?.

h) Qual a relação da empresa com o meio ambiente? E que impactos ambientais elas provocaram no ambiente da comunidade?

i) Qual o ano da saída da empresa da comunidade? Qual o motivo da saída?

j) Você percebeu alguma mudança no cotidiano dos moradores da comunidade durante a estada das empresas na área? Quais foram?
